

Esforço concentrado inclui Fundo Soberano e Orçamento

O Senado entra em semana decisiva. O líder do governo, Romero Jucá, anunciou, após reunião com lideranças partidárias, que a ordem é votar a Medida Provisória

443/08, de combate à crise financeira, e a criação do Fundo Soberano. Senadores e deputados devem examinar Orçamento da União nesta quarta-feira.

página 3

vereadores

CCJ prevê câmaras com tamanho maior

página 5

entrevista

Os 50 anos de luta política de Pedro Simon

página 4

américa latina

Vizinhos podem dar calote de US\$ 3 bilhões

página 7

cidadania

As regras para o uso seguro dos aparelhos de raios X

Os aparelhos de raios X, largamente usados pela medicina para chegar a diagnósticos, podem representar perigo de radiação. Há regras rígidas para a operação adequada desses aparelhos, cujo uso deve ser fiscalizado.

página 16



MARK PEARSON/SHELTERBOX

Ajuda internacional chega a Legaspi City, nas Filipinas, atingida por tufão em 2006: mão-de-obra voluntária ultrapassa até a ajuda dos governos

Voluntários, força de trabalho a serviço do bem

páginas 8 e 9

gasto público

Cartilha explica como é formulado o Orçamento

O **Jornal do Senado** lançou a cartilha *Especial Cidadania – para entender o Orçamento*. Com um texto didático e ilustrada, a publicação tem o objetivo de facilitar o entendimento sobre o processo de formulação, debate e votação do Orçamento da União.

página 13



e mais...

agenda	2
projetos aprovados	5
ambiente legal	6
agora é lei	10
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



debates

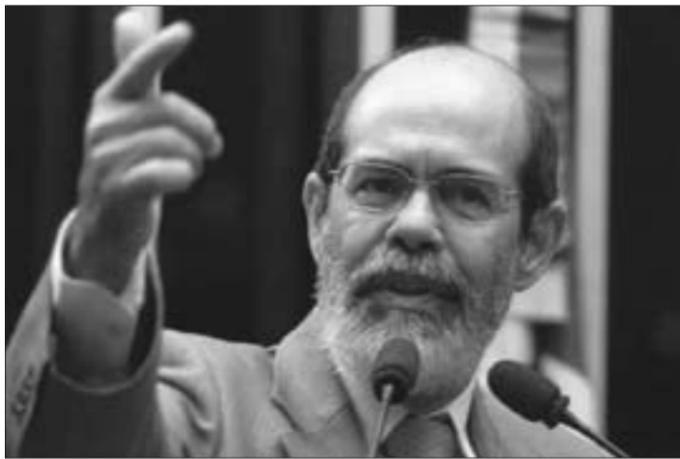
Senador critica falta de atenção com aposentados

Mesquita Júnior afirma que propostas que corrigem o valor de aposentadorias e pensões deveriam ter sido aprovadas antes do início do recesso parlamentar

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou que o Congresso vá entrar em recesso nesta semana sem que “algumas coisas importantes e fundamentais tenham sido feitas”. A primeira delas seria a aprovação pela Câmara dos Deputados de três propostas que beneficiam os aposentados.

Essas três propostas – o PLS 58/03, que recompõe o valor das aposentadorias e pensões; o PLS 296/03, que acaba com o fator previdenciário para quem recebe até R\$ 3 mil, ambas do senador Paulo Paim (PT-RS); e o PLC 42/07, que conta com uma emenda de Paim para igualar o índice de reajuste das aposentadorias ao do salário mínimo –, aguardam votação na Câmara.

– Vamos entrar em recesso sem ver acontecer aquilo que foi o ponto de honra de muitos senadores que se empenharam em vigílias, em uma operação de mãos dadas com os aposentados do Brasil, com os trabalhadores



Mesquita Júnior: presidente Lula deveria promover a votação dos projetos com o apoio da base aliada da Câmara para recompor poder de compra dos aposentados

que estão na iminência de se aposentar, assustados ainda com o famigerado fator previdenciário – disse Mesquita Júnior.

Para o senador, seria dever do presidente da República promover a votação dessas matérias por meio do apoio de sua base aliada na Câmara e, assim, recompor a condição financeira de milhões de

aposentados. Ele lamentou que o Congresso não esteja exercendo o poder que lhe compete.

– Poder que não impõe não é Poder; é um escritório de alguma coisa. E nós somos um escritório do Palácio do Planalto – disse o senador, ao criticar o governo por não liberar recursos de emendas parlamentares.

Mão Santa denuncia corrupção no governo Lula

Nunca, inclusive na ditadura, o país enfrentou tanta corrupção e imoralidade como agora, “comandadas pelo governo do PT e seus aloprados”, afirmou, na última sexta-feira, o senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele disse ainda não saber até quando a população “terá paciência” para suportar a atual situação que, observou, é caótica.

Mão Santa denunciou o que chamou de “corrupção [no pro-

cesso] eleitoral”. Afirmou que testemunhou ação de integrantes do governo federal em programas eleitorais pela televisão pedindo apoio em troca de distribuição de recursos para a execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O senador também criticou a forma como o atual governo está indenizando brasileiros que, supostamente, tiveram algum problema, de ordem física ou

psicológica, durante o período do regime militar. Ele estranhou que o jornalista Hélio Fernandes, dono e principal redator do jornal *Tribuna da Imprensa*, não tenha recebido um centavo sequer, apesar de ter passado por sofrimentos físicos, mentais e até de ordem financeira durante a ditadura, que, observou, sempre combateu abertamente. Mão Santa lembrou que o jornal chegou a sofrer atentados a bomba.

Cristovam: pacote de R\$ 8,5 bi é “saída suicida” a longo prazo

Ao comentar o pacote pró-consumo de R\$ 8,5 bilhões anunciado pelo governo, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que as medidas podem ser necessárias para os problemas de curto prazo da economia, mas representam uma “saída suicida” para o país a médio e longo prazo.

Mais uma vez, conforme o senador, o governo está fazendo um sacrifício fiscal para “aliviar” a classe média.

Para Cristovam, o pacote não representa ato de “maldade”, apenas segue uma lógica econômica. Segundo ele, sem esse sacrifício fiscal, há risco de uma queda maior do consumo e do emprego, e isso levaria em pouco

tempo a uma queda maior da arrecadação.

– Daqui a dois, cinco, dez anos, outra vez virá crise, outra vez vamos precisar de medidas como essas, de tapar buracos.

Cristovam também apresentou pedido de desculpas à família de Nilton César de Jesus, torcedor são-paulino falecido quinta-feira no Hospital de Base do Distrito Federal. A morte foi provocada por trauma encefálico decorrente de golpe, com a coronha de uma arma, desfechado por um policial militar. O incidente ocorreu antes do jogo que decidiu o título do Campeonato Brasileiro de Futebol, em 7 de dezembro, no Gama (DF), em que o time paulista sagrou-se hexacampeão.

Paim quer discutir crise da Ulbra com ministro da Educação

Paulo Paim (PT-RS) anunciou sexta-feira que tentará marcar, nesta semana, audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, com o objetivo de buscar uma solução para a crise financeira por que passa a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). O encontro foi sugerido por Cristovam Buarque (PDT-DF), após ouvir Paim relatar a situação da universidade.

Segundo o senador gaúcho, a Ulbra “tem uma dívida fiscal de R\$ 1,3 bilhão, referente a débitos obrigatórios não relacionados à isenção da filantropia”.

– Neste momento, é necessário que sejam tomadas medidas urgentes para que os milhares de pacientes [dos hospitais mantidos pela universidade] e os milhares de jovens estudantes não sejam prejudicados – alertou.

Paim também registrou ter recebido as resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude, que reuniu, em abril, mais de 400 mil participantes.

A difícil situação da mulher no sistema carcerário, especialmente em relação à saúde, habitação, trabalho e maternidade, foi também destacada por Paulo Paim.

APOIO À VIGÍLIA PELOS APOSENTADOS

Cerca de 50 e-mails foram enviados à Agência Senado para manifestar apoio à última das três vigílias de senadores em favor dos aposentados, realizada na noite de 2 de dezembro até a manhã do dia seguinte. O objetivo da manifestação foi pressionar o governo a garantir a aprovação de projetos que garantem a recomposição do valor das aposentadorias. Em um dos e-mails, Antônio Márcio Diniz Júnior, da Ilha do Governador (RJ), diz: “Grande exemplo os senhores estão dando. Queria auxiliar nessa vigília, mas fico aqui empenhando a minha fé para que tenham sucesso”.

comissões

Segunda-feira

14h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Universitários – Audiência pública discutirá projeto (PLC 180/08) que trata do ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Terça-feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS
Filantropias – Entre os quatro itens em pauta, está o projeto da certificação de entidades beneficentes de assistência social.

11h – ASSUNTOS ECONÔMICOS
Ministro – A comissão debate a política agrícola com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

11h – EDUCAÇÃO
Livros – Na pauta, projeto que auto-

riza o Executivo a criar, no Ministério da Educação, o Programa Cesta Básica do Livro, para garantir um acervo mínimo de livros a estudantes do ensino público fundamental e médio.

11h – INFRA-ESTRUTURA
Trens – O ministro das Cidades, Márcio Fortes, participa de audiência para debater a situação do Trem Metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais do país.

15h – RISCO AMBIENTAL
Relatório – Deve ser apresentado o relatório final da comissão.

Quarta-feira

8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Contratos públicos – Sete projetos em pauta referem-se a autorizações para exploração de serviços de radiodifusão. A comissão analisa ainda projeto que trata da transmissão ao vivo dos

trabalhos legislativos pela TV Senado.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS
Licença – Será examinado projeto sobre segurança alimentar e nutricional. Também em pauta, projeto que assegura ao empregado o direito de escolher o banco e a agência para depósito de sua remuneração.

14h30 – REGIMENTO INTERNO
Debate – A comissão temporária continua a discutir propostas de modificação do Regimento Interno do Senado.

Quinta-feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES
Haia – A comissão recebe Antônio Augusto Cançado Trindade, eleito juiz da Corte de Haia, organismo das Nações Unidas. O juiz deve relatar sua experiência acadêmica e na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

9h – Sessão especial
Eletrosul – Homenagem aos 40 anos da Eletrosul – Centrais Elétricas.

10h – Sessão deliberativa extraordinária

Pauta trancada – Antes de qualquer outra deliberação, senadores analisam projeto (PLV 30/08), proveniente da MP 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação em instituições financeiras, além da medida provisória (MP 444/08) que autoriza o Executivo a doar estoques públicos de alimentos a Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica.

14h – Sessão deliberativa

Diap – Será homenageado o 25º aniversário do Departamento de Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Quarta-feira

11h – Sessão especial
Direitos – Homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, completados em 10 de dezembro.

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

agenda

Líder do governo anuncia esforço concentrado nesta semana

Prioridades são a votação do Fundo Soberano e da MP que dá mais poderes ao Banco do Brasil e à Caixa para atuar no mercado

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou, após reunião dos líderes partidários, que o Senado fará um esforço concentrado nesta semana para a votação de diversas matérias, entre elas a Medida Provisória 443/08 e o projeto que cria o Fundo Soberano (PLC 164/08). Jucá ressaltou que a proposta do Orçamento da União para 2009 deverá ser examinada em sessão conjunta do Congresso na manhã desta quarta-feira.

O senador afirmou que, em relação à MP 443/08 (com votação prevista para esta terça-feira), há "questionamentos pontuais" da oposição quanto à participação da Caixa Econômica Federal

em sociedades com empresas de construção civil.

Transformada em projeto de lei de conversão pela Câmara, a medida autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a constituírem subsidiárias integrais ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. A proposta tem como relator-revisor o senador Valter Pereira (PMDB-MS), que já negocia as alterações à proposta.

O líder do governo disse que há muitos detalhes a serem analisados e que provavelmente serão feitas modificações no Senado.

Em relação ao Fundo Soberano, ele lembrou que existe a possibilidade de levar a discussão

da proposta para o Plenário, tão logo seja votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que pode ocorrer nesta quarta-feira. O projeto do Executivo, já aprovado pela Câmara, cria um mecanismo para enfrentar a atual crise financeira internacional. A matéria é relatada na CCJ pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Jucá afirmou que a expectativa é de que haja pedido de vista da matéria na CCJ, mas informou que, independentemente disso, irá propor que o projeto vá diretamente para o Plenário, onde pretende que seja votado sem alterações, para que não tenha de voltar à Câmara.

– O fundo precisa ser votado para dar destinação do superávit deste ano – defendeu.

De acordo com o senador, ainda nesta terça-feira deverá ser votada a MP 444/08, que autorizou o governo a doar arroz, leite em pó e sementes para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, para atender às populações desses países afetadas por furacões. A proposta já passa a trancar a pauta no dia 15.

Outro item a ser analisado será a MP 445/08, transformada no PLV 31/08, que visa injetar recursos na construção civil para manter o acesso ao crédito para empresas do setor.

O fundo precisa ser votado para dar destinação do superávit deste ano

Novas regras para entidades filantrópicas devem entrar na pauta

Também deverá ser votado nesta semana o projeto apresentado por Romero Jucá em substituição à MP 446/08, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.

O prazo para emendas à MP, que antes de ser votada pelo Plenário será examinada em sessão conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), encerrou-se na quinta-feira.

A MP 446/08 foi devolvida ao Poder Executivo pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, no último dia 19, após o início da discussão da matéria.

Outra proposta que deverá ser analisada nesta semana é o projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que insere o cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional (PLS 293/99). No último dia 2, substitutivo apresentado pela Câmara à matéria foi aprovado pela CAE.



Reunião de líderes, coordenada pelo presidente Garibaldi Alves (E), decidiu pauta prioritária de votações até o final do ano

Orçamento de 2009 deve ser votado esta semana

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar o relatório final do senador Delcídio Amaral (PT-MS) nesta terça-feira, após acordo com líderes partidários e coordenadores de bancadas para abreviar os prazos de tramitação do projeto da lei orçamentária. Se o parecer for aprovado, a votação pelo Congresso poderá ocorrer até quinta-feira, dentro, portanto, do calendário estabelecido pelo presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), que assegurou a tramitação do Orçamento em tempo recorde, mesmo em ano de eleições municipais.

Mas o alcance desse feito envolveu árdua tarefa de negociação com as bancadas.

Com o agravamento da crise internacional e queda nas previsões de crescimento econômico e seus reflexos sobre a arrecadação federal (*ver matéria nesta página*), o relator-geral realizou verdadeira ginástica para acomodar as pressões de última hora sem ter praticamente nenhuma carta na manga.

A bancada ruralista, por exemplo, fechou o cerco sobre Delcídio, que vem de um dos maiores estados agropecuários do país, ao pedir mais R\$ 1,5 bilhão para a política de sustentação de preços mínimos ao produtor, praticamente dobrando o valor orçado pelo governo. Os estados que ficaram na fase setorial com valor global de emendas de bancada

abaixo da média dos últimos três anos, como Tocantins, Pará, Roraima e Sergipe, entre outros, pressionaram para recompor os seus recursos.

Para costurar o entendimento nessa etapa final, o relator teve que ajustar o Orçamento em mais de R\$ 10 bilhões, praticamente o equivalente à perda líquida de receita de R\$ 10,6 bilhões para 2009, quando comparada à primeira reestimativa feita pelo deputado Jorge Houry (DEM-BA).

Delcídio Amaral procurou preservar os investimentos do PAC, como solicitou o governo, e ainda o valor de R\$ 464,72 para o salário mínimo, embutido nos cálculos de gastos com benefícios previdenciários e assistenciais.



Relator do Orçamento, Delcídio Amaral (sem paletó), disse que o "Congresso dá resposta ao cenário de crise"

SOCORRO ÀS VÍTIMAS

Um crédito extraordinário no valor de R\$ 1,6 bilhão para atender às vítimas das enchentes, especialmente em Santa Catarina, será votado diretamente pelo Plenário da Câmara, seguindo depois para o Senado. Por falta de acordo entre parlamentares da base governista e da oposição, a Comissão Mista de Orçamento não conseguiu votar a Medida Provisória 448/08 no prazo regimental.

Congresso prevê crescimento econômico de 3,5% em 2009

Como a economia deve desacelerar em 2009, o novo relatório sobre o comportamento da Receita Federal – aprovado na última quinta-feira pela Comissão Mista de Orçamento – estima crescimento da economia de 3,5%, um ponto percentual a menos do que o governo embutiu na proposta orçamentária que

enviou ao Legislativo, e meio ponto percentual abaixo do projetado após o agravamento da crise, de expansão do produto interno bruto (PIB) de 4%.

Outra decisão considerada inédita foi o corte significativo – R\$ 6,09 bilhões – na nova estimativa de receita para 2009.

Mais de 50 anos de história política

Pedro Simon (PMDB-RS) completa, em janeiro, 79 anos. Destes, conta mais de 50 na política. No Senado, já está no quarto mandato – foi eleito senador pela primeira vez em 1978. Seus discursos, que expõem essa vasta experiência, trazem a marca da formação em Direito, da religiosidade (ele é católico franciscano) e da militância pela democracia. Muitos desses discursos foram reunidos no livro *Reflexões para o Brasil do século XXI*, lançado em novembro. A seguir, Simon fala sobre o livro e sobre a proposta de prévias nas eleições para presidente. Também lembra momentos marcantes, como quando leu em Plenário mensagem à mãe do menino João Hélio, assassinado no Rio de Janeiro.



J. FREITAS

O senhor defende a escolha dos candidatos à Presidência da República em eleições primárias, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos. Como esse processo poderia ser implantado no Brasil?

Pedro Simon – Primeiro, analiso dentro do meu partido. Há dois anos o PMDB teve uma vitória espetacular, elegeu a maioria dos governadores, maioria dos deputados estaduais, federais e maioria dos senadores. Mas, apesar de termos vários nomes dentro do partido, não tivemos candidato à Presidência. O PMDB oficialmente não apoiou nem o Lula nem o candidato do PSDB [Geraldo Alckmin].

O senhor entende que o PMDB deve ter uma candidatura própria?

Não falo em candidatura própria do PMDB, porque posso fazer o jogo do [presidente do PMDB, Michel] Temer e companhia, que assim poderiam dizer que o Simon tem candidatura própria e vão negociar mais cargos, mais ministérios. O comando do PMDB é uma desgraça, não merecíamos isso. Então defendo uma prévia para que o PMDB decida se vai com o PT ou com o PSDB.

Em Plenário, o senhor já propôs uma campanha com debates dos candidatos a candidatos. Como seria?

O PMDB indicaria seu candidato: por exemplo, o governador do Rio, Sérgio Cabral, ou o Jarbas Vasconcelos; o PDT já tem: Cristovam Buarque; o PSB, o Ciro Gomes. Vamos dizer que o PT indique a Dilma [Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil]. A idéia é que esses candidatos percorram o Brasil em debates sobre suas propostas de governo para o Brasil.

Essa é a forma de começar na prática a instituição das primárias no Brasil?

É. O PSDB já encaminhou uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a realização de prévias para escolher seu candidato, pois eles têm o governador José Serra e o governador Aécio Neves como candidatos à Presidência. O argumento deles é que lá pelas tantas as prévias podem apresentar problemas com a legislação de propaganda eleitoral. Eu sei que não há esse problema porque o PMDB já fez prévias.

Mas qual a diferença entre essa prévia e sua nova proposta?

Uma coisa é a prévia dentro de cada partido, a outra é minha proposta de fazer um grande entendimento fruto desse debate nacional em vez de a cúpula do PMDB decidir se vai apoiar o PT ou o PSDB.

Então o senhor propõe que primeiro cada partido faça prévias para escolher seu candidato e depois os partidos que apoiam o governo decidam em debate nacional quem será o candidato da situação?

Exatamente. Porque agora, depois de participar de cinco eleições, o Lula não pode ser candidato. O PT não tem candidato natural. O Lula está indicando a Dilma, de quem eu gosto muito, uma bela pessoa. Mas ela não é candidata natural. Por isso dentro do PT fala-se em prévia. É muito mais fácil a Dilma sair candidata do PT participando de uma prévia do que sem prévia, pois, na prévia, ela vai ter a chance de mostrar nos debates quem ela é e assim ganhar o apoio da maioria do seu partido.

O senhor é um político independente tanto em relação à cúpula do seu partido quanto em relação aos governos, tendo criticado tanto Lula quanto Fernando Henrique Cardoso. Uma das suas críticas ao governo FHC foi o preço da privatização da Vale (antiga Vale do Rio Doce).

Fui muito mais crítico ao Fernando Henrique do que ao Lula. Eu era líder do [governo] Itamar [Franco] e continuei líder do governo Fernando Henrique no Senado até que ele vetou a criação da CPI das Empreiteiras. Uma das minhas principais críticas ao governo Fernando Henrique foi quanto ao processo de privatização. A privatização da Vale foi uma doação da empresa pública a um grupo privado. Fernando Henrique vendeu a Vale por menos do que o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Brito, vendeu a Companhia de Energia Elétrica do Estado [CEEE]. Essa companhia elétrica era uma das empresas mais endividadas do Brasil. Temos uma ação no Superior Tribunal de Justiça contra a privatização da Vale.

Durante o governo Fernando Henrique, houve um movimento de privatização da Petrobras e do Banco do Brasil?

Mas o Congresso reagiu e Fernando Henrique mandou uma carta aberta ao Congresso se comprometendo a não privatizar a Petrobras e o Banco do Brasil. A carta foi resultado de um acordo para que o Congresso aprovasse a retirada do monopólio estatal do petróleo da Constituição.

E agora como fica a exploração do petróleo do pré-sal?

Não podemos deixar o controle do petróleo do pré-sal com a Petrobras. Essa empresa hoje é uma companhia nacional, mas a maioria das ações, dos donos, é formada por estrangeiros, principalmente americanos. O capital é estrangeiro. Não são eles que decidem, mas são eles que ganham o dinheiro do nosso petróleo. Por isso não podemos deixar o pré-sal com a Petrobras, pois assim vamos enriquecer esses acionistas da Petrobras.

O senhor defende a criação de outra empresa para exploração do pré-sal?

Não. Defendo a criação de uma em-

presa para o controle do pré-sal e a Petrobras pode ser contratada por essa empresa para exploração, perfuração de poços etc.

Na introdução do seu livro, o senhor fala da história de Mário José Josino, morador de uma favela em São Paulo, que no caminho para casa foi parado por uma blitz policial, espancado e morto em 1997 por um soldado chamado Rambo. O senhor considera que atualmente a situação é diferente em matéria de violência policial?

Infelizmente essa ainda é a realidade no Brasil. A polícia bater no preso para fazê-lo confessar um crime é fato desde antes da ditadura, embora durante a ditadura tenha piorado. Quando eu estava na faculdade de Direito, nós tínhamos um programa de assistência judiciária gratuita, nós íamos à penitenciária oferecer assistência judiciária aos coitados que não tinham nada para contratar advogado.

Então desde aquela época havia isso, quer dizer: democracia, plenitude democrática etc. Então isso não mudou.

Então a tortura na cadeia para pobre continua?

Por isso me revoltou com o escândalo que fizeram porque algemaram o banqueiro Daniel Dantas. A casa quase veio abaixo porque algemaram o banqueiro. O escândalo era só porque ele era banqueiro, rico. Então eu disse: “Mas eu não estou entendendo por que esse escândalo; prisão com algemas acontece todo dia e ninguém se revolta. Por que agora? Só porque ele é rico, banqueiro?”

No seu livro há a “Carta a Rosa Cristina” [mãe do menino João Hélio, morto no Rio de Janeiro]. Como e por que essa carta teve tanta repercussão?

Primeiro porque o número de pessoas vítimas de violência é muito maior do que se imagina: gente que foi assaltada, que perdeu um filho ou que foi torturada. Os casos como o de João Hélio, que viram notícia, chamam a atenção, mas todo dia alguém é vítima de violência.

Quando se fala na insegurança das cidades, se fala em polícia corrupta ou polícia mal paga, mas em Brasília, por exemplo, temos uma das polícias mais bem pagas do Brasil e há insegurança até no Plano Piloto, onde as pessoas são assaltadas às 8h da noite em frente a um bloco residencial. Como explicar isso?

A corrupção, a bandalheira, existe muitas vezes porque a polícia é mal paga, embora na vida pública brasileira os mais bem pagos são os que roubam mais. Mas a tortura e a violência não têm nada a ver com isso. O pobre coitado que é torturado não entra nem na Justiça. Mas o senhor banqueiro entra com dez *habeas corpus*, tem 40 advogados etc. O que acho interessante é que no caso de Daniel Dantas trocaram o delegado, trocaram o procurador e continuam a chegar às mesmas conclusões.

decisões



Aloizio Mercadante (E) acompanha leitura do parecer do relator Eliseu Resende sobre propostas de instalação de zonas de exportação no país

Autorização para criação de 46 ZPEs vai à Câmara

Um conjunto de projetos de lei que criam 46 zonas de processamento de exportação (ZPEs) em várias localidades do país foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira passada. Como a decisão foi terminativa, essas propostas – todas apresentadas por senadores – serão enviadas, caso não haja recurso para exame do Plenário, à análise da Câmara dos Deputados.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o relator, Eliseu Resende (DEM-MG), fizeram a ressalva de que os projetos têm caráter autorizativo e, portanto, cabe ao Executivo a decisão quanto à criação ou não das ZPEs.

– Sou favorável à criação das ZPEs, mas não posso desconsiderar a legislação – declarou Eliseu Resende, referindo-se à Lei 11.508, publicada no ano

passado, segundo a qual essas zonas têm de ser criadas por decreto do Executivo.

Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jayme Campos (DEM-MT) manifestaram apreensão quanto ao caráter autorizativo das propostas. Jayme Campos apoiou a sugestão de Mercadante de realizar um debate sobre as ZPEs com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que os projetos de lei funcionam como indicação política. Ressaltou ainda que as localidades apontadas nas propostas têm de elaborar “projetos efetivos de ZPEs para apresentá-los ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação”. Eliseu Resende concordou, reiterando o papel do conselho no processo de criação de ZPEs.

Governadores do Centro-Oeste querem Sudeco ainda este ano

Os governadores dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, junto com senadores e deputados federais da região, irão lutar para que a Mesa da Câmara dos Deputados coloque em votação ainda este ano o projeto do Executivo que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990 (PLC 119/06-Complementar). A idéia é garantir que o órgão passe a receber, já em 2009, recursos orçamentários destinados a financiar projetos de infra-estrutura, bem como ações e serviços prioritários à região.

A decisão foi tomada na terça-feira, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em debate sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (FDRO), já previsto no substitutivo que a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou ao projeto que recria a Sudeco, aprovado pelo Senado e aguardando votação na Câmara.

José Roberto Arruda, governador do DF, propôs que o Banco de Brasília (BRB) seja transformado na primeira agência de fomento para administrar os recursos do fundo.

Número de vereadores pode ser aumentado

CCJ aprova proposta que cria 24 faixas de composição dos legislativos municipais. Decisão precisa do aval do Plenário, em dois turnos de votação

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a proposta de emenda à Constituição (PEC 20/08) que aumenta o número de vereadores nas câmaras municipais de todo o país. A proposta terá de ser analisada pelo Plenário, necessitando de votos favoráveis de três quintos dos senadores (49).

Conhecida como PEC dos Vereadores, a proposta do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e altera dispositivos constitucionais relativos ao número de vereadores, limitando as despesas das câmaras municipais a percentuais sobre a receita anual do município.

A PEC institui 24 faixas de composição dos legislativos municipais, com o objetivo de dar maior representatividade aos habitantes. A primeira faixa fixa o número de nove vereadores para municípios de até 15 mil habitantes. A última faixa determina o número máximo de 55 vereadores para municípios com mais de 8 milhões de habitantes.

O relator César Borges (DEM-BA), no entanto, suprimiu o item

da proposta que tratava da limitação das despesas das câmaras municipais.

O senador decidiu separar os dois dispositivos, propondo a aprovação da parte que trata do número de vereadores e sugerindo a continuidade da tramitação autônoma da outra parte, que limita as despesas dos legislativos. Para ele, é preciso aprofundar a análise do assunto.

– É necessário reduzir as despesas das câmaras municipais, como é legítima a aspiração da sociedade brasileira, sem, entretanto, impedir as suas atividades fundamentais para a garantia da democracia na base de nosso sistema político – alertou o parlamentar baiano.

Vários senadores elogiaram o relatório de César Borges, reco-



César Borges (E), ao lado de Osmar Dias, acredita que proposta não aumenta gastos das câmaras municipais

nhecendo que a proposta corrige distorções e aperfeiçoa a representatividade nos legislativos municipais.

Em 2004, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixou resolução (21.702) estabelecendo 36 faixas de distribuição sobre o número de vereadores de cada município. As instruções do TSE, assinalou César Borges, criaram uma padronização dos legislativos municipais, privilegiando as maiores câmaras.

CCJ aprova regularização de 57 novos municípios

A decisão de confirmar a criação de 57 novos municípios no país pode ser tomada nesta semana pelo Plenário. Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) concordou com o parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 12A/04) que valida a criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios ocorridos após a emenda constitucional (EC 15/96) que estabeleceu restrições a tais atos. Apesar disso, os municípios foram criados e chegaram a realizar eleições e dar posse a prefeitos e vereadores, diz Azeredo.

A PEC foi aprovada pelo Senado em janeiro de 2006 e, no último dia 3, recebeu o aval dos deputados. A mudança constitucional de 1996 determinava a necessidade de lei complementar para regularizar a situação dos municípios. O caso já foi submetido inclusive ao Supremo Tribunal Federal, que estipulou a prazo de maio de 2009 para o Congresso aprovar a norma.

Restrição a legenda de aluguel passa em comissão

Os partidos políticos poderão ser proibidos de divulgar, em seus programas gratuitos no rádio e na televisão, propaganda em benefício de filiados a outros partidos ou em proveito destes. A proposta, do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O objetivo do projeto (PLS 576/07), cuja relatoria coube a Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), é impedir a atuação das chamadas legendas de aluguel, prática freqüente em semestre que antecede eleições, quando a propaganda é utilizada para fortalecer a futura candidatura de filiado diverso do responsável pelo programa.

O projeto fixa multa de R\$ 10 mil a R\$ 50 mil para quem insistir na propaganda de candidatos de outros partidos. Restabelece ainda a distribuição de tempo de propaganda política existente até 2005: 20 minutos, por semestre, a grandes partidos que obtiveram mais de 10% de votos no país e tenham eleito representantes em pelo menos sete estados.

projetos aprovados

8 a 12 de dezembro

➔ **PLS 14/07, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF)** – Torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação infantil e no ensino fundamental. Aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), vai à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 188/07, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)** – Limita a meia-entrada

a 40% do número de ingressos de cinemas, espetáculos artísticos e eventos esportivos. Aprovado na CE, vai à Câmara.

➔ **PLS 576/07, do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)** – Proíbe os partidos políticos de divulgar, em seus programas gratuitos no rádio e na televisão, propaganda “em benefício de filiados a outros partidos ou

em proveito destes”. Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), vai à Câmara.

➔ **PLS 323/07, do senador Pedro Simon (PMDB-RS)** – Dá a juizes, promotores e autoridades policiais instrumentos mais eficazes para recuperar bens e valores provenientes de atividades ilícitas, incluindo o crime de lavagem

de dinheiro. Aprovado na CCJ, vai à Câmara.

➔ **ZPEs** – Projetos de lei criam 46 zonas de processamento de exportação (ZPEs) em várias regiões do país. Aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo, serão enviados à Câmara dos Deputados (caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado).

decisões

Comissão aprova plano nacional de transportes

Estrutura prevê 120 mil km de rodovias, 46 mil km de ferrovias e 56 mil km de hidrovias. Projeto original tramita no Senado há oito anos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 18/00) que cria plano para melhoria e ampliação das rodovias, ferrovias, hidrovias, eclusas, portos e aeroportos brasileiros. Os senadores apoiaram o parecer elaborado pelo relator Eliseu Resende (DEM-MG), especialista em infra-estrutura e ex-ministro dos Transportes.

O projeto, que tramita há oito

anos no Senado, atualiza e altera o Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei 5.917/73. A malha de rodovias federais abrangerá 120.491 quilômetros, sendo 45.597,40 ainda a serem construídos. Do total já aberto, 61.017,3 quilômetros são pavimentados e 13.876,3 quilômetros ainda não têm asfalto.

De acordo com o novo plano, o governo federal deverá ficar responsável direto por 54.322 quilômetros, ou seja, 45% do sistema

rodoviário federal, abrigados sob a denominação de Rede de Integração Nacional (Rinter). Essa será a malha rodoviária básica.

O novo sistema viário nacional terá malha ferroviária com 46.327 quilômetros, dos quais apenas 28.831 quilômetros estão em operação. Já o sistema hidroviário federal vai dobrar de extensão, chegando a 56.594 quilômetros. Os portos fluviais serão 215 e os marítimos, 47; os aeroportos, 69.

Aneel prevê elevação nas tarifas de energia

Em audiência pública na CI, o diretor-geral da Agência Nacio-

nal de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, disse que as tari-

fas de energia elétrica vão subir, em razão principalmente da alta do dólar, como fator conjuntural, e da estrutura de impostos e restrições ambientais, como fatores estruturais.

– O momento favorável [para o consumidor] que vivemos com a revisão dos custos das empresas e o dólar baixo vai mudar – avisou Kelman.

Ele disse que, em comparação com a maior parte dos países da Europa – e mesmo em relação a países emergentes –, o Brasil registra elevadas tarifas de energia elétrica, pois tem custos altos por causa das distâncias das linhas e da remuneração exigida por investidores.



Kelman (E), com o senador Marconi Perillo, admite que tarifas energéticas brasileiras são elevadas se comparadas às de outros países

Marconi critica agência por priorizar fontes mais poluentes

Marconi Perillo (PSDB-GO) criticou a decisão da Aneel de oferecer, em seus últimos leilões, a chamada energia suja – com destaque para a que emite gás carbônico –, em detrimento de outras fontes energéticas não-poluentes. Segundo lembrou, 70% do que foi licitado para as termoeletricas espalhadas pelo país não têm origem em matriz de energia considerada limpa,

“o que contribuirá em muito para piorar a sustentabilidade ambiental brasileira”.

A crítica de Marconi Perillo foi feita durante o 9º Seminário Nacional de Petróleo e Gás Natural no Brasil – Desafios e Oportunidades, que reuniu especialistas do setor no auditório da sede do Programa Interlegis, do Senado Federal. O parlamentar goiano defendeu, durante os

debates, a diversificação da matriz energética brasileira, desde que esse procedimento dê ênfase ao biocombustível, ao etanol e ao gás natural, cuja demanda, observou, vem crescendo ano a ano. Marconi também sugeriu que a importação de gás liquefeito seja feita por navios, até que sejam regularizados os problemas de fornecimento do gás boliviano.

ambiente legal

Observação de peixe revoluciona eletricidade

Cientistas da Universidade de Michigan (EUA) anunciaram a descoberta de uma tecnologia para gerar eletricidade a partir de correntes de água que se movem lentamente (a pouco mais de 3 km/h), como os rios em regiões sem cachoeiras ou mesmo o movimento dos oceanos. Batizado de Vivace, o equipamento transformaria

praticamente todos os rios do planeta em fontes exploráveis para a produção de energia. A idéia do Vivace (sigla para Vortex Induced Vibrations for Aquatic Clean Energy) nasceu da observação de como os peixes lidam com as turbulências para se movimentar de forma eficiente.

Energia não depende de ondas nem de represas

O Vivace não depende de ondas, marés, turbinas e nem represas – apenas das vibrações induzidas pelos redemoinhos. Segundo cálculos do especialista Michael Bernitsas, a energia dos vórtices poderá ser produzida em larga escala a US\$ 0,055 por kilowatt/hora (kW/h). A energia eólica custa hoje US\$ 0,069 por kW/h e a nuclear, ao redor de US\$ 0,046.

A felicidade pode ser contagiosa

Depois de analisar durante décadas as relações entre cerca de 5 mil pessoas, cientistas norte-americanos descobriram que a felicidade é contagiosa. Conhecer alguém feliz aumenta em 15,3% as chances de uma pessoa ser feliz, e aqueles que se consideram felizes podem viver mais tempo, mesmo com doença crônica.

Ban Ki-Moon defende New Deal Verde

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, defendeu um New Deal Verde (baseado no New Deal, lançado na década de 1930

pelo presidente Franklin Roosevelt para tirar os EUA da depressão econômica) para atacar as crises climática e ambiental.

Construção reduz consumo de energia

Relatório da ONU afirma que as tecnologias já disponíveis permitem reduzir à metade o consumo de energia dos edifícios. As medidas mais

recomendadas são: melhoria dos sistemas de ventilação e de isolamento térmico e uso de iluminação natural e de energia solar.



A relatora Marisa Serrano (ao lado de Eduardo Azeredo) incluiu emenda que atribui às organizações estudantis a tarefa de emitir as carteirinhas

Teto de 40% para meia-entrada em espetáculo divide opiniões

A proposta que limita a meia-entrada a 40% do número de ingressos de cinemas, espetáculos artísticos e eventos esportivos foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O benefício é concedido a estudantes e idosos.

O texto inclui emenda da relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), delegando às organizações dos estudantes a expedição da carteira estudan-

til. Inácio Arruda (PCdoB-CE), que se manifestou contrário à cota, anunciou que recorrerá da decisão ao Plenário.

A matéria mobilizou artistas, produtores culturais e estudantes, que lotaram o plenário da CE. Para os artistas e produtores, o grande número de ingressos vendidos como meia-entrada inviabiliza muitos espetáculos. Já os estudantes atribuem o problema ao grande número de falsificações de carteirinhas.

Fundo para educação profissional passa na CCJ, mas Plenário decidirá sobre receitas

Apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e agora será analisada pelo Plenário do Senado.

O relator Demostenes Torres (DEM-GO) defendeu a aprovação da proposta (PEC 24/05), mas divergiu quanto a uma das fontes

de financiamento do novo fundo – parte dos recursos destinados ao Sistema S (Sesi, Senai, Senac etc.). Paim e Demostenes chegaram a um acordo e transferiram a discussão sobre o tema para a votação em Plenário.

Os dois senadores destacaram a importância da educação profissional para os jovens de renda mais baixa, “para os quais a universidade representa um sonho mais distante”.

RESIDÊNCIA EDUCACIONAL – Por sugestão de Flávio Arns (PT-PR), a CE realizará audiência pública sobre projeto de lei de Marco Maciel (DEM-PE) que institui a “residência educacional” para professores da educação básica. Maciel afirma que o projeto foi inspirado na residência médica, que é obrigatória na formação dos médicos.

COTAS NAS UNIVERSIDADES – Já a CCJ promoverá debate nesta segunda-feira sobre proposta que direciona 50% das vagas das universidades federais e escolas técnicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A seleção dos alunos teria como base um coeficiente de rendimento.

PATRIMÔNIO SUBAQUÁTICO – Projeto de lei da Câmara (PLC 45/08) que define o que é patrimônio cultural subaquático brasileiro delimita os crimes contra esse patrimônio e as formas de concessão para exercer atividades voltadas a esse tipo de bem foi aprovado pela Comissão de Justiça na semana passada. A proposta ainda precisará ser votada em Plenário.

relações exteriores

Calote coletivo ao BNDES pode chegar a US\$ 3 bilhões

O estopim do problema seria a decisão do Equador de questionar em uma corte internacional a dívida de US\$ 243 milhões contraída para a construção de uma hidrelétrica

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode levar um calote de US\$ 3 bilhões, montante que o banco emprestou a Equador, Venezuela, Bolívia e Paraguai. O estopim do calote coletivo seria a decisão do Equador de levar a uma corte internacional a disputa em torno da dívida de US\$ 243 milhões com o BNDES, contraída para construir a usina hidrelétrica de San Francisco pela construtora brasileira Odebrecht. A decisão equatoriana configura “um novo e delicado cenário na política regional sul-americana. Equador, Paraguai, Bolívia e Venezuela põem em dúvida as dívidas com Brasília e questionam a liderança de Lula”, diz reportagem publicada na segunda-feira pelo diário espanhol *El País*.

Segundo o jornal, ficou para trás a promissora foto da cúpula de Manaus no dia 30 de setembro, na qual Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador anunciaram um ambicioso projeto de integração regional que incluía investimentos conjuntos para

conectar os oceanos Atlântico e Pacífico. “Alinhados com a posição do Equador e estrangulados pela crise financeira internacional, alguns governos da esquerda mais dura da América do Sul (Venezuela, Paraguai e Bolívia) planejam agora revisar suas respectivas dívidas com o Brasil”, afirma *El País*.

O jornal ainda destaca o apoio dos países integrantes da Alternativa Bolivariana para a América (Alba, composta por Bolívia, Venezuela, Cuba, Nicarágua e Honduras) à decisão do Equador e sua recomendação para que os outros países endividados realizem auditorias em suas dívidas externas.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse na semana passada perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado (CRE) que não houve nenhuma declaração formal dos países da Alba em relação a suas dívidas com o Brasil. Ocorreram, segundo o ministro, apenas declarações de solidariedade desses países ao Equador.



Celso Amorim (D) afirma à CRE que Cuba, Nicarágua e Honduras não se posicionaram formalmente

Senadores criticam decisão do Equador

Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), é incompreensível a forma como o Equador tem administrado suas dificuldades financeiras diante da crise econômica global. Mercadante disse que vê com grande preocupação a possibilidade de calote de uma dívida daquele país com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, contraída para a construção de uma hidrelétrica pela construtora brasileira Odebrecht.

– Houve problemas na obra, mas ocorreu por parte do Equador uma politização indevida do episódio, incompatível com o processo de integração regional. Espero que se encontre uma solução para que a integração e o acesso ao crédito sejam mantidos – afirmou o senador durante reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE), na terça-feira.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse estar “estupefato” com a atitude do Equador – um país pequeno que, segundo ele,

“fechará mais portas do que abrirá”.

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), o Itamaraty deveria analisar se existe um “movimento orquestrado” para prejudicar o Brasil. A mesma preocupação foi mencionada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Já Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou que o Brasil passou a ser “a esperança dos países da região”, enquanto Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e César Borges (PR-BA) pediram informações sobre os financiamentos feitos pelo BNDES e os motivos que levaram o Equador a questionar o empréstimo.

Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CRE, quis saber se um país teria como deixar de pagar empréstimo feito dentro das regras do CCR. Em resposta, Armando Mariante Carvalho, vice-presidente do BNDES, recordou que o sistema é multilateral. Uma possível inadimplência, portanto, prejudicaria todos os países membros.



Rafael Correa, presidente do Equador (E), na hidrelétrica San Francisco, construída pela Odebrecht

Amorim: calote teria efeito danoso na região

O possível calote pelo governo do Equador de uma dívida de US\$ 243 milhões contraída perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) produzirá um “efeito muito danoso” não só para o Brasil, mas para toda a América do Sul, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O empréstimo, obtido em 2000 para a construção da usina hidrelétrica San Francisco, foi um dos temas da reunião da Comissão de Relações Exteriores na terça-feira.

Em sua exposição aos senadores, o ministro esclareceu que o empréstimo foi firmado sob as regras do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), câmara de compensação onde se realiza, a cada quatro meses, um encontro de contas de crédito e débito dos países signatários. A dívida do Equador pode ser considerada “irrevogável”, segundo Amorim, pelas próprias regras do CCR.

– O risco dos países da América do Sul é geralmente considerado alto. O que torna o risco administrável é o CCR. Se acontecer um *default* (moratória),

haverá um impacto muito ruim sobre o conjunto da América do Sul – observou Amorim.

No dia 20 de novembro, recordou o ministro, o presidente do Equador, Rafael Correa, anunciou a decisão de recorrer à Câmara Internacional do Comércio, em Paris, contra o pagamento do empréstimo, sob os argumentos de cobrança de juros sobre juros; de que parte dos produtos objeto do contrato de financiamento de bens e serviços brasileiros não teria sido proveniente do Brasil; e de que os recursos foram repassados diretamente à construtora e não ao governo do Equador.

O Equador pagou a primeira prestação do empréstimo em junho passado e a segunda vence no final deste mês. Segundo o ministro, o governo equatoriano informou que pretende pagar todas as parcelas do empréstimo até que a Câmara em Paris tome uma decisão final.

O vice-presidente do BNDES, Armando Mariante Carvalho, disse aos senadores que até o momento não existe inadimplência. Mesmo assim, declarou estar “surpreso e decepcionado” com a atitude do governo do Equador.

“Empréstimo foi firmado sob as regras do CCR”, alega o ministro

Itaipu: ministro rejeita proposta paraguaia

O ministro Celso Amorim adiantou à Comissão de Relações Exteriores na reunião de terça-feira passada que não aceitará a proposta do governo do Paraguai de renegociar com o Brasil o rateio da dívida de US\$ 19,6 bilhões da usina hidrelétrica de Itaipu, que pertence aos dois países.

A proposta paraguaia foi anunciada pelo jornal *O Globo* também na terça-feira. Segundo o jornal, o Tesouro do Paraguai assumiria US\$ 600 milhões da dívida, enquanto o Brasil arcaria com os US\$ 19 bilhões restantes. O argumento paraguaio é que cada país ficaria responsável por uma parcela da dívida equivalente à porcentagem da energia contratada de Itaipu entre 1985 e 2008 – 97% para o Brasil e 3% para o Paraguai.

Celso Amorim declarou que o governo brasileiro não concorda com o argumento daquele país de que essa dívida é “espúria” nem com o conceito de que o Paraguai será soberano apenas na medida em que puder exportar a outros países sua cota de energia elétrica de Itaipu. De acordo com o ministro, os termos da proposta paraguaia são “pretensões irrealistas”. Ele foi categórico ao afirmar que o Tratado de Itaipu não será reformado. “A insatisfação do Paraguai tem muito de emocional”, disse.

O chanceler afirmou, entretanto, que o governo brasileiro está disposto a contribuir para o desenvolvimento do Paraguai, citando como exemplo o financiamento da construção de uma linha de transmissão de Itaipu à capital do país, Assunção.

ação social

Voluntariado, vocação que cresce no mundo todo



MARK PEARSON/SHELTERBOX

Quase 8 mil pessoas atuam só no programa de voluntariado da ONU, o mais abrangente do gênero. Entre eles, dezenas de brasileiros, em ação principalmente na Ásia e na África.

ONG inglesa Shelter Box coordena auxílio voluntário às vítimas do ciclone que arrasou Bangladesh, no sudeste da Ásia, em novembro de 2007

A Defesa Civil de Santa Catarina calculou em mais de 6 mil os voluntários engajados no auxílio às vítimas, após as enchentes que atingiram o estado, matando pelo menos 125 pessoas. Entre os voluntários, estão dois integrantes da ONG inglesa Shelter Box, que já atuou em desastres como o furacão *Katrina* – que devastou a cidade de Nova Orleans (EUA) em 2005 – ou o *tsunami* da Ásia, em 2004.

Mas o interesse das pessoas pelo voluntariado não é exclusividade dos episódios de desastre natural. Nas igrejas, nos bairros e nas comunidades, nos grupos de auto-ajuda e nos clubes, nas associações culturais e esportivas, nas instituições sociais e empresas, um número imenso de pessoas ajuda umas às outras e a quem está em situação mais difícil. Ainda que não se chamem a si mesmos de voluntários.

A disposição para servir à sociedade, quase sempre sem remuneração e à custa do sacrifício pessoal e familiar, não conhece fronteiras sociais, regionais ou econômicas, como atestam recentes pesquisas. Ainda que, em sua maioria, os voluntários venham mais das classes de maior escolaridade e renda.

Um estudo de 2004 do instituto Ipsos Marplan, feito nos nove maiores centros urbanos do país com 50.520 pessoas, apontou que os voluntários

brasileiros são 47% homens e 53% mulheres e apresentam alto índice de escolaridade. Deles, 23% são pós-graduados e 20% já completaram o ensino superior. Outra pesquisa confirmou que mais da metade dos voluntários atua em instituições religiosas (veja quadro nesta página).

Nos anos recentes, ao simples desejo de ajudar ao próximo somou-se, notadamente entre os jovens, a percepção de que o trabalho social pode agregar preciosos pontos profissionais no momento da seleção para um emprego. Os especialistas em recursos humanos dizem perceber, nos voluntários, senso de responsabilidade, iniciativa, habilidade para administrar o tempo e capacidade de trabalhar em equipe.

Sempre é importante lembrar que trabalho voluntário não significa necessariamente trabalho gratuito. Diversas organizações trabalham com a promoção do voluntariado para o desenvolvimento. Trata-se de uma atividade que garante aos voluntários, no mínimo, uma ajuda de custo.

Possivelmente o maior e mais abrangente de todos esses projetos, o Programa de Voluntários das Nações Unidas (ONU) tem atraído jovens para atuar em países da África e da Ásia, principalmente. No ano passado, 7.623 voluntários, muitos deles brasileiros, atuaram pelo programa da ONU em 144 países (veja abaixo).

Lei regulamentou, mas não incentivou

Os jesuítas que chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século 16 já atuavam em trabalhos voluntários, mas só há dez anos foi assinada uma lei que buscava regular essa relação de trabalho.

Porém, os objetivos da Lei 9.608/98 – estimular a prática do voluntariado, criar um respaldo jurídico capaz de facilitar a profissionalização do serviço voluntário e evitar a reclamação de direitos trabalhistas – ainda não foram plenamente alcançados.

– No primeiro aspecto [incentivo], a lei deixou a desejar porque não estabeleceu nenhuma vantagem para as pessoas que resolvam dedicar seu tempo a uma causa nobre através da ajuda a alguma entidade – afirma Bruno Xavier, advogado e autor do livro *Direito alternativo: uma contribuição à teoria do direito em face da ordem injusta*.

As lacunas na legislação, aparentemente, não têm prazo para ser preenchidas. Não existem tramitando no Congresso Nacional projetos que visem aperfeiçoar a Lei 9.608/98 ou mesmo criar mecanismos que estimulem ainda mais o serviço voluntário. Mas, a julgar pelo engajamento dos brasileiros nessa atividade, incentivos financeiros não têm sido indispensáveis.

Peruana ajuda guineenses a vencer a fome

Como parte de seu projeto de mestrado em Nutrição, a peruana Giovanna Tello trabalhava em um distrito periférico ao norte de Lima, a capital peruana, fazendo avaliações do estado nutricional de idosos. Durante uma sessão das aulas, ouviu falar pela primeira vez no Programa de Voluntários das Nações Unidas. Resolveu se inscrever pela internet, sem grandes expectativas. Meses depois, recebeu o convite para fazer trabalho voluntário no Programa Alimentar Mundial da ONU na Guiné-Bissau.

– Eu nem sabia onde o país ficava, mas a ideia de desenvolver a minha carreira e viver uma experiência na África me atraiu – recorda-se Giovanna, 30 anos, formada em Biologia.

Com poucos conhecimentos sobre o país, a bióloga não sabia em que condições viviam os guineenses. Até hoje, as consequências da guerra civil ocorrida há dez anos são visíveis nas ruas da capital, Bissau.

– Quando vi a capital, que fica às escuras, imaginei o que seria o interior. Logo nas primeiras semanas, fiz viagens às cidades e tabancas [aldeias] e fiquei impressionada com o modo de vida da população, que vive em condições muito difíceis – conta a peruana.

A principal missão de Giovanna é treinar voluntários locais para identificar quem precisa de suplementação alimentar, distribuir a comida e ajudar a tratar crianças com diarreia. O público-alvo são grávidas, lactantes e crianças de até cinco anos.



ARQUIVO PESSOAL

depoimentos

De Brasília ao banho de balde na Guiné-Bissau



ARQUIVO PESSOAL

Depois de três anos trabalhando em comunicação social no Unicef no Brasil, o gosto pelas viagens e pelas descobertas me motivou a me candidatar para um posto de voluntária das Nações Unidas (ONU), como oficial de comunicação da Coordenação do Sistema das Nações Unidas e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) na Guiné-Bissau.

As dificuldades desse trabalho são imensas, a começar pela adaptação ao novo país. A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo (175º entre 177, no ranking de desenvolvimento humano). Para

Reconstruindo um castelo na França

Fui à França como voluntária, onde vivi a experiência mais agradável de minha vida. Ajudei a reconstruir um castelo em uma pequena vila perto de Bordeaux. Meu plano original era ir para a Alemanha, mas decidi aceitar a oferta para esse trabalho social.

Graças à viagem, aprendi muito. Não apenas coisas úteis do ponto de vista pessoal (como cozinhar, lavar roupas, aprender outros idiomas...) ou do processo de reconstrução de sítios históricos, mas especialmente sobre as pessoas e sobre mim

quem vem de uma cidade como Brasília, onde as coisas são certinhas demais, choca um pouco o fato de viver em uma cidade quase sem asfalto, sem gestão de lixo estruturada, com muitos prédios abandonados e deteriorados.

A cidade, Bissau, não é abastecida permanentemente com água e energia elétrica. Isso significa que, à noite, a cidade de cerca de 400 mil habitantes fica inteiramente no escuro, à exceção das poucas casas que têm gerador. Tive que me acostumar, por exemplo, com o fim do chuveiro. A única forma de tomar banho é de balde com canequinha, à moda antiga.

Confrontar-se diariamente com a pobreza extrema também não é muito fácil, mas para quem vem de um país como o Brasil, onde as desigualdades são também imensas, acho que o choque não é tão grande.

O que me mantém aqui como voluntária para o desenvolvimento é a expectativa de contribuir minimamente com um pouco da minha experiência profissional e pessoal.

Flávia Ribas, 26 anos, é brasileira e jornalista

mesma. Tive a oportunidade de conviver com pessoas com pensamentos e origens muito diversos dos meus e isso me ajudou a respeitar as diferenças.

Foi divertido e enriquecedor com elas, falando de suas histórias, seus hábitos, suas vidas. Às vezes, apenas papeando ou passeando, em outras trabalhando juntos para organizar as tarefas do dia. Vivi sensações e estive em lugares dos quais nunca vou me esquecer.

Aida Flores, 19 anos, da Cidade do México

Fenômeno mundial

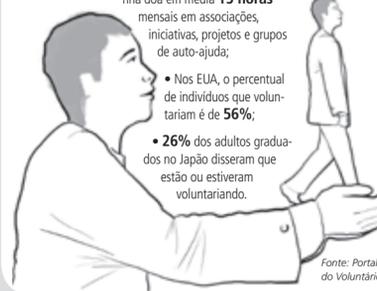
• Na Coreia do Sul, o serviço voluntário de 3,9 milhões de pessoas representou o equivalente a US\$ 2 bilhões em horas trabalhadas;

• 19% dos adultos pesquisados na França doam suas horas para o trabalho voluntário;

• Um em cada três adultos na Alemanha doa em média 15 horas mensais em associações, iniciativas, projetos e grupos de auto-ajuda;

• Nos EUA, o percentual de indivíduos que voluntariam é de 56%;

• 26% dos adultos graduados no Japão disseram que estão ou estiveram voluntariando.



Fonte: Portal do Voluntário

Marrocos marca vida de mexicana

Tudo começou com um desejo e a força da imaginação: ter a chance de estar sob o sol ardente da terra das mesquitas, poder montar um camelo, ver os nômades nas areias do deserto. Tive que vencer muitas barreiras, como o medo e as dificuldades da língua, para viver a aventura de ir ao Marrocos. Graças à organização Vive México, em setembro de 2007 iniciei uma experiência que marcou minha vida.

O trabalho social voluntário que realizei durante aqueles meses me trouxe emoções distintas. Desde a alegria por desfrutar daquela experiência e conhecer ideologia, costumes e religiões de outros países, até as incertezas do desconhecido. No período do Ramadã, por exemplo, tivemos que ficar, como os muçulmanos, sem comer das 3h da manhã às 7h da noite. Tive problemas com o idioma e até para me comunicar com minha família, no México.

Mas a satisfação foi enorme por poder ajudar os outros e, ao mesmo tempo, realizar o sonho de conhecer terras distantes. Ficou a lição de que precisamos abrir os olhos para os diversos estilos de vida e não nos atermos só aos nossos hábitos cosmopolitas.

Ise Carolina García Ochoa, de Morelia (México), estudante de Psicologia

Um administrador no Zimbábue

Há muito tempo queria trabalhar com ajuda humanitária internacional e escolhi a Médicos Sem Fronteiras (MSF), uma organização séria que encara o trabalho voluntário de forma bastante profissional, com propostas de crescimento educacional, planos de carreira e subsídios característicos de uma organização multinacional.

Passei por diversas etapas de treinamento, e depois disso me propuseram trabalhar no Zimbábue. O dia-a-dia de trabalho em uma missão humanitária é

uma grande correria. Trabalhamos o dia todo em ritmo acelerado.

Não senti haver problema quanto a questões de segurança, apenas um pouco de dificuldade em me acostumar com a comida local e a comer usando as mãos. Saudade da minha família é algo que sempre terei, não importa onde estiver.

Hoje acredito que todo ser humano tem direito a atendimento básico de saúde, e não me imagino, em um curto período de tempo, trabalhando sob outra

Enfrentando a fome e a morte na Etiópia

Estou trabalhando em Kambata, no sul da Etiópia, onde a situação de fome é alarmante. Os dias aqui são intensos. Temos muito trabalho a fazer. É tanta gente precisando de ajuda! A fome atinge primeiramente as crianças, mais frágeis e com menos reservas para queimar. Mas até os adolescentes e os adultos já estão apresentando sinais de desnutrição moderada e severa.

Tenho tratado principalmente crianças. Quando têm desnutrição severa, elas ficam tão fraquinhas que nem conseguem se alimentar. Num certo estágio, perdem a noção de fome e de sede, vão minguando até perder os movimentos. Como estão muito debilitadas, desenvolvem doenças como pneumonia, sarampo, infecções. É muito triste. Nesse caso tenho que interná-las nos centros de estabilização, onde ficam sob observação 24 horas por dia e recebem cuidados médicos intensivos, além da nutrição especial.

Nos centros ambulatoriais chegam centenas de pessoas por dia. São mães

trazendo seus filhos, irmãos mais velhos trazendo os pequenos... Eles vêm de longe, andam muitas horas, às vezes na chuva, no frio, sem comida. Atendo todos os dias, o dia inteiro, até o pôr do sol. Chego a dar 150 consultas num só dia. Os Médicos Sem Fronteiras atuam na região desde o início do ano e criaram seis centros de estabilização e 51 centros ambulatoriais, além de centros de nutrição suplementar, onde distribuí alimentos. A média de atendimentos diários somados ultrapassa os 10 mil.

O que mais cansa aqui não é o trabalho em si, é tudo o que a gente vê e ouve. Até à noite, com a cabeça no travesseiro, os sons e as imagens fortes do dia ficam reverberando.

Davi Souza, médico brasileiro, trabalha em Kambata, no sul da Etiópia, pela organização Médicos Sem Fronteiras (MSF)



ARQUIVO PESSOAL

ideologia.

Samuel de Oliveira, 28 anos, de Curitiba (PR), formado em Administração

O que é o MSF

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) depende de doações e do trabalho voluntário de médicos de todos os cantos do planeta. Por meio de seu endereço na internet (www.msf.org.br), é possível fazer uma doação *on-line*. Mas existem outras maneiras de participar: por telefone (21 2215-8688) ou via depósito em conta corrente (Banco Itaú, agência 0603 e c/c 32000-3).

Quem são e como atuam os voluntários no Brasil



(*) No caso, em relação às receitas obtidas pelas organizações sociais do setor
Fonte: "Doações e trabalho voluntário no Brasil", pesquisa de Leilah Landim e Maria Celi Scalzo, de 2005

Democracia e informação, aliadas importantes

A partir da Revolução Francesa, no final do século 18, vem crescendo não só a participação do povo (como uma "entidade"), mas também a do indivíduo no governo e na sociedade. A solidificação da democracia em boa parte dos países do planeta e, recentemente, a revolução da informação tornaram as pessoas mais conscientes de sua importância e da necessidade de fazer valer seus direitos e os dos outros.

– A grande mudança social fez nascer vários mecanismos de aumento de participação, e entre eles as organizações não-governamentais sem fins lucrativos, o terceiro setor. As chamadas ONGs, que têm base nas aludidas "ações participativas", já pesam na dinâmica social, com um papel tanto de mobilização para a solução de problemas pontuais como de aperfeiçoamento depurativo das

imperfeições e vícios gerais do sistema – analisa José Predebon, professor universitário e voluntário.

Nesse exercício de trabalho voluntário, o adolescente, em especial, pode exercitar atividades realizadas em algumas profissões e com isso exercer papéis profissionais, o que poderá ajudá-lo a escolher, aos 17 ou 18 anos, uma carreira que carregará pela vida.

Onde você pode agir

Alguns exemplos de lugares onde você pode participar e desenvolver suas ações voluntárias, em geral pertinho de sua casa ou trabalho

- Igrejas
- Bairros e comunidades populares (ajuda mútua)
- Grupos de auto-ajuda
- Clubes de serviços
- Programas promovidos por empresas
- Comunidades de origem
- Associações profissionais
- Hospitais e outras instituições que trabalham na área da saúde
- Instituições e programas de melhoria da educação
- Instituições de ajuda a crianças
- Instituições e programas voltados para as pessoas portadoras de necessidades especiais
- Instituições e programas que trabalham com pessoas da terceira idade
- Grupos e associações de jovens
- Grupos e organizações de preservação do meio ambiente
- Grupos e organizações de defesa de direitos
- Grupos e movimentos de luta contra a violência
- Clubes e associações esportivas
- Grupos e associações culturais e de defesa do patrimônio
- Movimentos de luta contra a pobreza
- Iniciativas de ajuda mútua e prestação de serviço através da internet
- Programas promovidos por órgãos governamentais nos níveis federal, estadual e municipal.

ONGs pelo mundo virtual

Ação Jovens para a Paz
www.yap.org
Organizações envolvidas nos movimentos internacionais de jovens em intercâmbios de serviço voluntário no mundo inteiro.

Aliança das Organizações de Serviço Voluntário Europeu
www.alliance-network.eu
Representa organizações nacionais que gerem projetos internacionais de serviço voluntário.

Associação Internacional de Programas de Serviço Voluntário
www.volunteerinternational.org/
Oportunidades e conselhos práticos sobre o serviço voluntário.

Centro Europeu do Serviço Voluntário
www.cev.be/index.htm
Oferece informação sobre a evolução da situação na União Europeia.

International Relief Friendship Foundation
www.irff-europe.org
Vagas para voluntários em diversos países para desenvolvimento sustentável a longo prazo.

One World Action
www.oneworldaction.org/
Oportunidades para serviço voluntário na área de direitos humanos, ambiente e desenvolvimento sustentável.

Portal Europeu da Juventude
europa.eu/youth/index.cfm?_id=pt
Uma das melhores opções para quem pensa em ir a um país europeu estudar, trabalhar ou exercer atividades voluntárias.

Serviço Civil Internacional
www.scint.org
Projetos a curto e a longo prazo no mundo inteiro.
Volunteer Abroad
www.volunteerabroad.com/

Tudo o que precisa saber sobre serviço voluntário, incluindo a forma de começar.
Voluntários das Nações Unidas
www.unv.org/
Diversas oportunidades neste

programa da ONU.
Working Abroad
www.workingabroad.com
Organização independente que oferece oportunidades de serviço voluntário em todo o mundo.

Youth Challenge International
www.yci.org
Projetos realizados por equipes de voluntários entre 18 e 30 anos para desenvolvimento comunitário, trabalho sanitário e meio ambiente.

debates

diplomacia



MARCIA KALUME

No plenário da comissão, senadores aplaudem apresentação de grupo cultural durante a reunião comemorativa

Luta renovada pelos direitos humanos

Senadores pregam engajamento do Congresso e da sociedade na ampliação das garantias de declaração da ONU, assinada há 60 anos

A reunião comemorativa dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro, foi marcada pelas manifestações dos senadores, convocando a Casa para lutar pela ampliação dos direitos dos brasileiros e pela maior inclusão das minorias. A homenagem foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Romeu Tuma (PTB-SP) disse que ele próprio luta, há 50 anos, pelos direitos humanos e pelos direitos de inclusão das minorias. "Nós, os parlamentares, precisamos dedicar parte de nosso trabalho legislativo a iniciativas que promovam a integração de todos os brasileiros, numa sociedade harmônica e fraterna", afirmou ele.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), a grande bandeira da decla-

ração é a igualdade plena, que assegura o fim da discriminação religiosa ou racial, um documento que serve de arma poderosa para combater a barbárie, a maldade e a discriminação.

Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou que a comemoração deve ser grandiosa, mas disse considerar que a Declaração dos Direitos Humanos é incompleta, porque "deixar uma pessoa no analfabetismo não é considerado violação de direitos humanos". Para ele, o documento deve estabelecer a necessidade de as escolas serem todas iguais, "de haver uma só escola para ricos, pobres, brancos e negros".

Geraldo Mesquita (PMDB-AC) destacou que, mesmo depois de 60 anos, o mundo ainda trabalha pela inclusão das minorias e das vítimas dos dramas mais severos

da Humanidade.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) declarou que o fundamental é defender o direito, de todos e de cada um, de ser cidadão pleno de um país.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que seria bom que se encontrasse uma forma de criar, no dia 10 de dezembro, um dia dedicado a "parar o mundo e tratar somente de defender os direitos humanos".

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a aprovação do documento pela ONU, em 1948, representou um dos momentos mais importantes da Humanidade. "Nascida no pós-guerra, a Declaração dos Direitos Humanos lançou ao mundo um olhar de esperança e fez brotar o verdadeiro sentido de humanidade", frisou.

Simon lembrou os avanços conquistados desde então, como a superação da discriminação racial nos Estados Unidos, permitindo a eleição de Barack Obama à Presidência daquele país.

"Empréstimo foi firmado sob as regras do CCR", alega o ministro

Trabalho de médicos brasileiros em Angola reduz casos de Aids

Menos de 3% das mulheres grávidas portadoras do vírus da Aids que participam de programa de prevenção da transmissão materno-fetal, conduzido em Angola por médicos brasileiros, tiveram seus filhos infectados pela doença. No restante da África, quase metade das mães infectadas transmite Aids ao feto. Os resultados positivos do trabalho realizado em Angola foram apresentados pelo infectologista David Everson Uip e pelo neurologista Rogério Tuma, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O programa já atendeu 1.200 angolanas, cujos filhos são acompanhados por pelo menos um ano e meio, conforme explicações de David Uip, presidente da Fundação Zerbini e diretor-executivo do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. O trabalho, iniciado em 2002, é hoje uma referência e motiva parcerias com outros países africanos, como Congo e Cabo Verde, disse.

Especialistas pedem agilidade no atendimento aos hemofílicos

Participantes da audiência pública sobre tratamentos regulares para hemofilia defenderam alterações na legislação para dar mais agilidade ao poder público na compra de medicamentos. O próprio representante do Ministério da Saúde reconheceu que a legislação não é adequada para a compra de medicamentos. O debate foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A presidente da Federação Brasileira de Hemofilia, Sylvia Thomas, informou que atualmente existem cerca de 11 mil brasileiros com hemofilia ou outros distúrbios de coagulação. Ela explicou que a hemofilia é uma deficiência hereditária de um dos 13 fatores de coagulação (proteínas) presentes no sangue humano.

A hemofilia afeta principalmente pessoas do sexo masculino e a principal manifestação da doença são sangramentos prolongados. O tratamento depende de um medicamento extraído do plasma do sangue, também chamado de fator de coagulação, injetado na veia dos pacientes.

Novo juiz da Corte de Haia participa de debate na CRE

Eleito para a Corte Internacional de Haia com a maior votação da história, o professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade participará nesta quinta-feira de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele deverá fazer uma exposição aos integrantes do colegiado sobre o papel das cortes internacionais e a defesa dos direitos humanos.

Cançado foi eleito juiz da corte no dia 6 de novembro e tomará posse em fevereiro em Haia, na Holanda. Ele recebeu os votos de 163 países representados na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi aplaudido de pé. Também recebeu 14 dos 15 votos do Conselho de Segurança da ONU, com a abstenção dos Estados Unidos.

Indicados para Itália, Alemanha, Vaticano e Coréia do Norte

Outros quatro embaixadores brasileiros tiveram seus nomes aprovados pela CRE na semana passada e as mensagens do presidente da República com suas indicações serão agora examinadas pelo Plenário.

O ex-ministro da Defesa José Viegas Filho será embaixador na Itália, São Marino e Albânia. Everton Vieira Vargas representará o país na Alemanha. Luiz Felipe de Seixas Corrêa foi indicado para representar o Brasil no Vaticano e Malta. Arnaldo Carrilho, por sua vez, chefiará a primeira missão nacional na Coreia do Norte.

Aprovados dois embaixadores e diretor da CVM

O Plenário do Senado aprovou o nome do advogado Otávio Yazbek para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também foram aprovados os nomes de Ruy de Lima Casaes e Silva, para chefiar a representação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA), e Paulo Cesar de Oliveira Campos, para embaixador na Espanha e em Andorra.

Yazbek recebeu 29 votos a favor e 16 contrários. Casaes e Silva foi aprovado com 37 votos a favor e 10 contrários, com 1 abstenção. Oliveira Campos recebeu 47 a favor, 7 contra e 1 abstenção.

77 senadores já apóiam Cristovam para chefiar Unesco

Já tem a assinatura de 77 dos 81 senadores o documento de apoio à indicação do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). A informação foi dada por Paulo Paim (PT-RS), na quinta-feira.

A iniciativa dos senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Paulo Paim visa sensibilizar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que indique Cristovam para o cargo.

agora é lei

Estagiários ganham maior proteção

Os estagiários ganharam maior proteção a partir da vigência da Lei 11.788/08, que regulamentou o estágio de estudantes no país, modernizando a legislação que tratava do assunto e já havia completado 30 anos. De acordo com a nova lei, publicada no *Diário Oficial* do dia 26 de setembro, o estágio poderá ser ou não obrigatório, mas não criará nenhum vínculo empregatício. A instituição concedente do estágio deverá oferecer seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, que ficará obrigado a apresentar relatórios semestrais da atividade à sua escola. O projeto que deu origem à lei foi apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

O estágio será de quatro horas diárias e 20 horas semanais no caso de estudantes de educação especial e de educação de jovens e adultos. Para os estudantes do ensino superior,

da educação profissional e do ensino médio, foi estipulada carga horária de seis horas diárias e 30 horas semanais. A duração máxima do estágio na mesma empresa será de dois anos (exceto para estagiário com deficiência) e, nos estágios com duração igual ou superior a um ano, é garantido recesso de 30 dias (o projeto do governo previa 15 dias de recesso). As mudanças afetam diretamente cerca de 1,1 milhão de estagiários do país.

O estágio poderá ser obrigatório (quando a sua carga horária for requisito para aprovação e obtenção de diploma); ou opcional, dependendo do projeto pedagógico do curso. Tanto em um caso quanto em outro, o estágio não criará vínculo empregatício, desde que sejam observadas as regras previstas no termo de compromisso assinado entre o aluno e a empresa.

decisões

Proposta facilita recuperação de bens adquiridos por crime

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dá a juízes, promotores e policiais mais instrumentos para recuperar bens e valores provenientes de atividades ilícitas, incluindo a lavagem de dinheiro.

Pelo projeto (PLS 323/07), a decretação do seqüestro judicial, após confirmada a existência de indícios da origem ilícita dos bens, também atingirá os recursos empregados na aquisição deles, mesmo os de procedência lícita. O seqüestro recairá igualmente sobre bens, direitos e valores transferidos a terceiros. A proposta prevê ainda fixação de

fiança, de mil até 10 mil salários mínimos, nos casos de prisão em flagrante por crime contra a economia popular, o sistema financeiro, a administração pública, a ordem tributária ou a Previdência Social, além do crime de lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

Para Osmar Dias o texto será um forte instrumento no combate ao crime organizado por dar maior agilidade na recuperação de bens oriundos de atividades criminosas.

O projeto, aprovado em decisão terminativa, altera os artigos 126, 131, 132 e 325 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) e o artigo 3º da lei sobre crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 9.613/98).

Autoridades terão mais agilidade para impedir uso de dinheiro ilegal

CPI propõe lei para agilizar acesso a dados de internautas

A CPI da Pedofilia deve apresentar, nesta semana, projeto que regulamenta forma, prazos e meios de preservação e fornecimento de dados de internautas suspeitos de crimes contra crianças e adolescentes. As regras valerão para fornecedores de serviço de conteúdo e de acesso à rede, como provedores e empresas de telecomunicações.

A proposta determina que sejam armazenados, pelas empresas, dados sobre conexão à internet, usuário e conteúdo. Deverão ser mantidos hora de início, término e duração do acesso, assim como endereço e origem da conexão. O texto fixa

ainda que a atribuição de um endereço fique condicionada ao prévio cadastro do destinatário. Quanto ao conteúdo, deverão ser mantidos, entre outros, áudio, vídeo, imagens e textos.

As informações deverão ser armazenadas por três anos, quando se tratar de fornecedores de serviço de acesso, e por seis meses, para serviço de conteúdo. O fornecimento de dados precisa ser feito em até duas horas, quando houver risco à vida, ou, no máximo, em três dias.

A CPI também está negociando um acordo de cooperação com as teles e provedoras de acesso à rede.

Defesa comercial poderá ser feita por conselho

Com aprovação de projeto, Executivo terá autorização para criar o órgão, responsável pelo combate a práticas desleais de comércio exterior

A proposta que sugere a criação do Conselho de Defesa Comercial para combater práticas desleais de comércio exterior, como *dumping* ou uso de subsídios, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A votação final, em caráter terminativo, deve ocorrer esta semana.

O projeto original (PLS 715/07), do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), não apenas criava o conselho, como impedia que suas decisões pudessem ser revistas. Mas o texto foi alterado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para somente autorizar sua criação pelo Executivo. Além disso, a comissão também decidiu permitir que o presidente reveja decisões do conselho.

Para o relator na CRE, Aloizio



Dornelles (em pé, ao lado de Ideli Salvatti e Sérgio Guerra) é autor da proposta: pela Constituição, criação do órgão seria prerrogativa da Presidência da República

Mercadante (PT-SP), a proposta, como estava, era inconstitucional. O texto da CRE foi mantido pelo relator na Comissão de Justiça, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O substitutivo prevê que o conselho será vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e terá um presidente e seis conselheiros.

Aprovado empréstimo de US\$ 120 milhões para o Acre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao pedido de empréstimo de US\$ 120 milhões do governo do Acre. Os recursos, do Banco Mundial, irão para o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do estado (Proacre). O projeto de resolução (PRS 65/08), elaborado pelo relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), deve ainda ser votado em Plenário, provavelmente nesta semana.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que os recursos serão

aplicados em educação, saúde e desenvolvimento comunitário e o governo do Acre busca ampliar a oferta dos serviços de saúde e a inclusão digital no estado.

– O público-alvo desse projeto são as famílias mais pobres – declarou Marina.

Esse tipo de empréstimo tem que ser analisado pelo Senado porque, pela Constituição, compete ao Senado “autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios”.

MULTAS AO PARANÁ

A CAE vai pedir à CCJ que analise a constitucionalidade do projeto de resolução (PRS 24/08) do senador Osmar Dias (PDT-PR) sobre a suspensão das multas que a União impôs ao Paraná pela suspensão de pagamento de títulos incorporados ao Tesouro estadual.

BUSCA E APREENSÃO

A proposta que pretendia autorizar o Ministério Público e os órgãos policiais a determinarem a busca e apreensão domiciliar durante o dia foi rejeitada pela CCJ. Atualmente, a aplicação da medida é restrita ao Poder Judiciário.

sistema financeiro

Em debate, a independência do Banco Central

A CCJ realizou debate sobre as propostas de autonomia e de reestruturação do Banco Central (BC), além de alterar o Sistema Financeiro Nacional. As propostas (PLS 72/07 e 102/07), do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), têm como relator Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

O professor da Unicamp, Luiz Gonzaga Belluzzo, e o secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Levy, que foi diretor de Política Monetária do BC, divergiram quanto ao grau de independência do BC, mas concordaram que, por ser público, o órgão deve prestar contas de suas ações.

Joaquim Levy disse que a independência é uma tendência mundial e que é preciso definir



Entre Joaquim Levy (E) e Gonzaga Belluzzo, Marco Maciel comandou a reunião da CCJ em que foram apresentados argumentos a favor e contra a autonomia do BC

quem nomeia, demite e estabelece metas, além do tempo de mandato e a prestação de contas regular.

Belluzzo recomendou que o Copom seja ampliado, a exemplo do Banco Central dos EUA.

Congresso está pronto para dar autonomia, diz ACM Júnior

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que embora a concessão de autonomia ao Banco Central (BC) ainda enfrente resistência do governo, o Congresso já está consciente da importância da medida.

– A autonomia concedida informalmente pode ser retirada a qualquer momento. Por isso, fixá-la em lei é garantia contra interferências de governos, com perda de credibilidade para o BC, aumento das incertezas dos investidores e redução do crescimento – opina.

A autonomia passa pela proteção dos mandatos do presidente e dos diretores da instituição, um dos alvos do projeto de Arthur Virgílio. As indicações para esses cargos seriam feitas pelo presidente da República e aprovadas pelo Senado, para mandatos de quatro anos. Eles só poderiam ser demitidos pelo chefe do Executivo com anuência do Senado. Antonio Carlos Júnior já apresentou substitutivo, mantendo o número atual de diretores do BC, com a fixação de mandatos.

homenagens

Rede Sarah é símbolo de eficiência médica, diz Garibaldi

Presidente do Senado ressalta os bons serviços prestados pela instituição durante homenagem do Plenário em comemoração aos 48 anos de fundação da rede de hospitais

Ao abrir a homenagem à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, na quinta-feira, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a instituição é um símbolo de eficiência e de humanismo no atendimento a milhões de pacientes com problemas no sistema nervoso central e no aparelho locomotor.

O senador foi o autor do requerimento da homenagem pelos 48 anos de fundação da Rede Sarah, que tem unidades nos estados do Amapá, Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro e em Brasília, onde funciona o Centro Internacional de Pesquisas em Reabilitação.

Garibaldi Alves afirmou também que a imagem de uma instituição é o seu maior patrimônio e que a Rede Sarah, que teve como idealizador o médico Aloysio Campos da Paz, é vista



Epitácio Cafeteira elogia Rede Sarah, observado por Alceni Guerra, Aloysio Campos da Paz, Garibaldi Alves e Lúcia Braga

pela sociedade e pela classe médica como modelar. Esse aval, segundo ele, decorre dos bons serviços prestados a milhões de pacientes ao longo dos últimos 48 anos.

O presidente do Senado ressaltou também a competência técnica

dos médicos e das equipes de apoio da rede de hospitais, cujos princípios humanitários atravessaram fronteiras, fazendo com que hoje a instituição seja procurada por profissionais de todo o mundo em busca de aperfeiçoamento técnico.

Outra característica da entidade, salientou Garibaldi Alves, é a capacitação profissional do corpo médico e do pessoal especializado. A equipe atua com dedicação exclusiva no atendimento a pessoas em "momentos particularmente difíceis".

"Uma lição que não pode, nem de longe, se repetir"

Garibaldi Alves afirmou que a passagem dos 40 anos do Ato Institucional 5 (AI-5) – assinado em 13 de dezembro de 1968 – deve ser lembrada como "uma lição que não pode, nem de longe, se repetir", porque acabou levando o país à ditadura. O presidente do Senado destacou que em 2008, ao invés do AI-5, devem-se recordar, com alegria, os 20 anos de promulgação da Constituição. Evento promovido na quinta-feira pela Câmara dos Deputados lembrou o aniversário do AI-5, que acentuou e fortaleceu o caráter ditatorial do regime militar: fechou o Congresso Nacional e as assembleias legislativas estaduais (que ficaram, oficialmente, "em recesso") e deu ao presidente da República plenos poderes, como o de cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juízes, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional e legislar por decreto.

Foram convidados para a cerimônia no Salão Verde da Câmara o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, o ministro da Justiça, Tarso Genro, e representantes da sociedade.

110 anos de nascimento de Câmara Cascudo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou na quarta-feira do lançamento do livro *A casa de Cunhaú* e do vídeo *Dr. Cascudinho – Um provinciano universal*, em homenagem aos 110 anos de nascimento do escritor e folclorista Luís da Câmara Cascudo.

Realizada na Biblioteca Aca-

dêmico Luiz Viana Filho, a homenagem faz parte do Ano Cultural Artur da Távola, juntamente com os 50 anos da Bossa Nova, o centenário do nascimento do escritor Guimarães Rosa e o centenário de morte de Machado de Assis, além da passagem dos 40 anos dos acontecimentos políticos e

sociais de 1968.

Com apresentação de Garibaldi e prefácio de Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão, o livro *A casa de Cunhaú* traz um texto inédito em que Câmara Cascudo traça a genealogia da família Albuquerque Maranhão e sua importância na formação do Rio Grande do Norte.

No Dia do Marinheiro, homenagem e promessa

Ao presidir na terça-feira homenagem ao Dia do Marinheiro, Garibaldi Alves prometeu colocar em votação a Medida Provisória 2.215/01, que trata da remuneração das Forças Armadas. Ele participou também de cerimônia na quinta-feira em que a Marinha comemorou a data com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, e do ministro da Defesa, Nelson Jobim. Na solenidade, foram condecoradas diversas personalidades.

Eventos encerram o Ano Cultural Artur da Távola

Uma série de eventos no Teatro Nacional, em Brasília, marcou o encerramento do Ano Cultural Artur da Távola, homenagem ao ex-senador, que morreu em maio de 2008, aos 72 anos. Entre outras iniciativas, foram lançados coletânea com o programa da TV Senado *Quem tem medo da música clássica?*, apresentado pelo ex-senador, e o prêmio Senado Federal de História do Brasil. Também foi lançado o livro *Salão de Humor da Constituinte*.



J. FREITAS

Eletrosul e Diap recebem sessão especial

O Senado realiza nesta terça-feira sessão especial para comemorar os 40 anos da Eletrosul Centrais Elétricas, por solicitação de Ideli Salvatti (PT-SC). Subsidiária da Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobrás), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Eletrosul tem sede em Florianópolis e emprega 1.571 profissionais. Antes da sessão deliberativa, às 14h, os senadores celebram os 25 anos do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). A homenagem foi solicitada por Paulo Paim (PT-RS), que elogia o trabalho de assessoramento à classe trabalhadora desenvolvido pela entidade e a dedicação de seu idealizador, o advogado trabalhista Ulisses Riedel de Resende.

PUC-MG tem sessão especial pelos 50 anos

A passagem dos 50 anos de criação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais foi lembrada na quarta-feira em sessão especial que contou com a presença do reitor da instituição e bispo auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães.

A homenagem foi solicitada pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Eliseu Resende (DEM-MG).

Azeredo formou-se em Engenharia Mecânica pela universidade, e Eliseu Resende foi um dos fundadores, em 1963, do Instituto Politécnico, além de professor da instituição.

A PUC-MG foi reconhecida oficialmente como universidade por decreto do então presidente Juscelino Kubitschek, de 12 de dezembro de 1958.

Foi realizada na quinta-feira passada missa em ação de graças pelo encerramento dos trabalhos legislativos – que constitucionalmente terminam no dia 22, próxima segunda-feira. Celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, a cerimônia teve a presença dos presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, e dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (PTB-SP), Marco Maciel (DEM-PE) e João Durval (PDT-BA), entre outros.

institucional

Livro traz artigos de Luiz Viana publicados entre 1929 e 1990

Senado lança nesta terça-feira coletânea de 146 textos jornalísticos do ex-senador e escritor, que é patrono da Biblioteca da Casa

O Senado lança nesta terça-feira, às 17h, o livro *Luiz Viana Filho – O jornalista*. O evento ocorrerá na Biblioteca da Casa, que leva o nome de Luiz Viana. Também haverá o lançamento de um selo comemorativo do centenário do patrono da biblioteca e um carimbo postal.

Nascido em Paris em 28 de março de 1908, Luiz Viana tornou-se, além de intelectual, um dos políticos baianos de maior expressão no século 20. Foi ministro-chefe da Casa Civil, deputado, senador e imortal da Academia Brasileira de Letras. Teve cadeira no Senado até a sua morte, em 5 de junho de 1990.

Luiz Viana ficou conhecido, antes de tudo, pela atuação política e pela produção literária. Porém, foi em redações de jornais da Bahia que ele exercitou o texto e a opinião necessários tanto ao político quanto ao escritor.

João Justiniano da Fonseca



REPRODUÇÃO

reuniu 146 artigos do escritor, publicados entre 1929 e 1990, que deram origem ao livro.

Os textos, além da crônica do dia-a-dia, trazem visões da política e da sociedade da época. São retratos biográficos, pequenos ensaios históricos, entre outros.

Unilegis forma 90 em cursos de especialização

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) realizará nesta terça-feira, às 18h30, a formatura de 90 alunos aprovados nos cursos de especialização *lato sensu* em Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo. Nesses cursos, de 420 horas-aulas, a Unilegis trabalhou em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A cerimônia será no Auditório Petrônio Portela e contará com a presença do presidente Garibaldi Alves, reitor da Unilegis, além dos demais integrantes do Conselho Superior da instituição – entre eles, Efraim Morais (DEM-PB), primeiro-secretário do Senado; o diretor-geral Agaciel Maia, vice-reitor executivo; e Cláudia Lyra, secretária-geral da Mesa.

MUSICAL NO SENADO – Por iniciativa de Almeida Lima (PMDB-SE), o musical *Samba da Esperança*, que será apresentado na quarta-feira, às 20h, na Legião da Boa Vontade, terá uma exibição prévia no Senado, prevista para terça-feira. O musical conta a história de Sergipe e do Brasil.

PRÊMIO A LEGISLADOR – Vereadores e deputados estaduais e federais podem enviar projetos de sua autoria, voltados para a área social, até 15 de março, com a indicação "Prêmio do Mérito Legislador 2008", para Avenida N2, Unidade de Apoio 5, Senado Federal, CEP 70165-900, Brasília (DF).

presidência



Governadora Wilma de Faria, Garibaldi, Efraim, deputado estadual Robinson Faria e diretor do Senado, Agaciel Maia, em evento do Interlegis

Garibaldi reafirma importância da independência do Legislativo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, reafirmou a importância da independência do Legislativo em discurso na abertura da segunda edição do Fórum de Integração do Legislativo, na Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Firn), em Natal.

– Por mais que possamos modernizar, aperfeiçoar [o Legislativo], não iremos longe

se não tivermos um Legislativo afirmativo, valorizado e respeitado – enfatizou o parlamentar.

Garibaldi voltou a criticar o excesso de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo e prometeu devolver outras MPs, a exemplo do que fez com a chamada MP das Filantrópicas, caso cheguem ao Senado outras medidas de teor similar.

Presidente afirma que pouco tempo no cargo o impediu de fazer mais

A dois dias de completar um ano na Presidência do Senado, Garibaldi Alves afirmou, na última terça-feira, que não negligenciou, ao longo deste ano, a defesa da autonomia e da independência do Poder Legislativo. Ele observou que não fez mais nem prometeu mais em razão do pouco tempo que teria no cargo.

– O que eu disse eu estou procurando cumprir, que é lutar pela autonomia e independência do Legislativo.

Apoio ao acesso de estudantes de escolas públicas a universidades

O presidente do Senado recebeu na última quarta-feira representantes do Movimento dos Sem Universidade (MSU). Eles reivindicam a aprovação do projeto que obriga as instituições federais de educação superior a reservarem o mínimo de 50% das vagas dos vestibulares dos cursos de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (PLC 180/08).

Cartilha explica a elaboração do Orçamento da União

O *Jornal do Senado* acaba de lançar a cartilha *Especial Cidadania – para entender o Orçamento*, que tem como principal objetivo levar ao público mais jovens informações sobre o processo de formulação, debate e votação do Orçamento federal, um dos temas mais importantes do Congresso por definir os gastos e investimentos dos recursos públicos obtidos por meio da cobrança de taxas e impostos.

Com um texto didático e ilus-

trado, portanto de fácil leitura, a cartilha apresenta uma breve história da origem do conceito orçamentário, como ele evoluiu durante a Idade Média e foi incorporado ao longo da história brasileira.

A publicação explica ainda as diversas fases de elaboração do Orçamento e as relações que ele enseja entre os Poderes da República, com destaque para o Executivo e o Legislativo. Pela leitura da cartilha, os interessa-

dos podem ainda conhecer os nomes dos atuais membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e compreender vários termos técnicos que norteiam o debate sobre o assunto.

A publicação, que contou com a revisão técnica do consultor de Orçamento Luís Otávio Barroso da Graça, está também disponível na página do *Jornal do Senado* na internet – www.senado.gov.br/jornal.

Senador assiste a posse de Ubiratan Aguiar na presidência do TCU

Ao lado do presidente Lula e de outras autoridades, o presidente Garibaldi Alves participou, na última quarta-feira, da cerimônia de posse dos ministros Ubiratan Aguiar e Benjamin Zymler, respectivamente, na presidência e vice-presidência do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na solenidade, Ubiratan

prometeu lutar por mais diálogo entre os diversos órgãos de controle externo visando combater os desvios de dinheiro público. Ele prometeu ser um ferrenho defensor da construção de pontes institucionais entre os Poderes, a fim de garantir a melhoria na fiscalização do uso de recursos públicos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios

Direção de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich

Editor-chefe: Flávio Faria

Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Jr.

Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.

Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Tributo à herança de Chico Mendes

O programa *EcoSenado* homenageia o líder seringueiro, sindicalista, político e defensor da Floresta Amazônica morto há 20 anos

O *EcoSenado* homenageia o líder seringueiro e ambientalista Chico Mendes neste mês em que se completam 20 anos do seu assassinato em Xapuri, no Acre.

O programa mostra a trajetória do líder seringueiro e sua herança, expressa nas diversas iniciativas de valorização do trabalho extrativista e de preservação da floresta que estão

transformando a realidade social do estado do Acre.

Francisco Alves Mendes Filho, seringueiro desde criança, participou da fundação dos sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Brasília e de Xapuri, do Partido dos Trabalhadores do Acre e do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Reuniu as militâncias sindical e partidária em defesa da



Em 1987, Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, foi considerado pela ONU um dos mais importantes defensores da natureza no mundo

floresta, tendo seu trabalho sido reconhecido internacionalmente, inclusive pela ONU, que em 1987 o considerou um dos mais importantes defensores da natureza.

Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado

na porta de sua casa em razão da sua luta pela preservação da Amazônia.

EcoSenado

TV Senado – Domingo, 21/12, às 11h15 e 19h45

Competição dos produtos chineses no Senado Economia

A recessão nos Estados Unidos leva o país a restringir as importações, o que ameaça a economia da China, baseada na produção para exportação. A saída para o país asiático é buscar outros mercados, entre eles o brasileiro. Qual deve ser a atitude das autoridades brasileiras responsáveis pelo comércio exterior? É preciso proteger a indústria nacional contra a invasão de produtos chineses, mais baratos que os brasileiros? Sobre o assunto, o *Senado Economia* conversa com o vice-presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro.

Como melhorar a qualidade dos cursos de Medicina no Brasil?

No início de dezembro, o Ministério da Educação puniu quatro faculdades de Medicina por estarem numa situação considerada preocupante. Pouco antes, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) tinha anunciado os resultados da primeira fase da avaliação de estudantes do 6º ano de Medicina. Cinco das 23 escolas avaliadas tiveram mais da metade dos alunos reprovados.

Qual a situação atual da for-

mação dos médicos no Brasil? O que pode ser feito para melhorar a qualidade dos cursos de Medicina? Essas e outras perguntas serão objeto de análise na entrevista especial do programa *Conexão Senado*, com a participação de senadores e de representantes da classe médica.

Conexão Senado

Senado FM e Ondas Curtas segunda-feira, 15/12, às 8h

internet: segunda-feira, 15/12

Movimento contra a corrupção quer mudar atitude da população

Pesquisa recente da Universidade de Brasília indicou que pelo menos um em cada cinco funcionários públicos admite ter recebido propina ou praticado algum ato irregular no exercício da função, o que demonstra como a corrupção está incorporada à administração pública brasileira.

Para mudar o que muitas vezes é visto como um comportamento natural, um grupo de promotores de Justiça resolveu criar, em 2004, o movimento "O que você tem a ver com a

corrupção?". A ideia é mostrar à população que combater a corrupção e o mau uso de recursos públicos é uma tarefa diária e que deve começar nas condutas mais corriqueiras.

O trabalho do movimento é o tema do *Fique por Dentro da Lei*, que conversa com a promotora de Justiça Maria Lúcia Moraes.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e Ondas Curtas segunda-feira, 15/12, às 10h

internet: segunda-feira, 15/12

Senado Economia

Senado FM segunda-feira, 15/12, às 7h30

internet: sexta-feira, 12/12

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Luta pelos aposentados

"Senador Paulo Paim, eu o parabeno pela sua luta em defesa dos aposentados e trabalhadores injustiçados deste país. E também gostaria de apresentar a seguinte sugestão: as pessoas que contribuem para o INSS como autônomas, quando atrasam o pagamento por longo tempo, têm a oportunidade de atualizar os débitos com o INSS, pagando os atrasados. Quem trabalha em empresas com carteira assinada e passa períodos sem contribuir por estar desempregado, poderia ter o mesmo direito de quitar seus débitos retroativos com o INSS. Seria mais um meio de arrecadação e, para o trabalhador, uma forma de recuperar o tempo perdido."

Luiz Alves, de Jaboatão (PE)

Regras para rádio e TV

"Caro senador José Nery, o PLS 255/08, que cria regras para as rádios e televisões do Poder Legislativo, poderá disciplinar o funcionamento desses canais de comunicação dos legislativos de todo o Brasil. A meu ver, isso acabará com o uso abusivo desses canais de comunicação por parte dos presidentes dos legislativos. Essas emissoras são para informar aos cidadãos e não para promover políticos."

Vanderson Gomes, de Natal

Capacetes com identificação

"Senhores senadores, podemos verificar que o índice de violência causado pelos motoqueiros é muito alto em diversas cidades brasileiras. Precisamos aprovar uma lei que crie um número de identificação no capacete. Cada moto terá dois capacetes com numeração incluída no documento de identificação do veículo. Os números deverão ser grandes, fáceis de ser

identificados por qualquer pessoa presente no local do delito. Qualquer moto que tiver o piloto, ou o carona, com capacete que não esteja com a numeração casada com o Renavan da moto, será apreendida imediatamente e o condutor e o passageiro levados até uma delegacia mais próxima, para averiguação. Precisamos evoluir e passar na frente das técnicas criminosas!"

Carlos Gomes, de Salvador (BA)

Dia do Historiador

"Quero parabenizar o autor do PLS 570/07, Cristovam Buarque, pela iniciativa de propor o dia 19 de agosto como Dia do Historiador, pelo reconhecimento do trabalho dos profissionais que trabalham nessa área."

Ernandes Linhares, de Pimenteiras (PI)

Lei dos estagiários

"Cumprimento o senador Osmar Dias, pela criação da nova lei dos estagiários. Eu sou estagiário na Caixa Econômica Federal e fiquei muito feliz ao saber da nova legislação."

Flavio Alves Pereira Filho, de Quirinópolis (GO)

"A nova lei do estágio trouxe mais segurança aos estagiários, que antes eram constantemente açoitados pela falta de proteção legal, tendo por isso a sua vida profissional e pessoal abalada, vítimas de abusos como, por exemplo, remuneração inferior a um salário mínimo e carga de trabalho incompatível com o currículo da instituição de ensino. As empresas que antes os viam somente como mão-de-obra barata, agora terão que vê-los como estudantes. Essa nova lei é, sem dúvida, um avanço para o país."

Leonardo Rattes Bevilacqua Pinaud Madruga, do Rio de Janeiro

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Eu não prometi muita coisa, até porque não podia prometer, tendo um mandato de apenas um ano e dois meses. Então o que eu disse eu estou procurando cumprir, que é lutar pela autonomia e independência do Legislativo

Garibaldi Alves, às vésperas de completar um ano à frente do Senado.

Faço uma proposta de redução. Que o governo olhe para os setores produtivos e coloque o preço do *diesel* compatível com o que está acontecendo no mundo

Osmar Dias, ao protestar contra o alto preço dos combustíveis no Brasil.

O que precisamos unicamente, tal qual na roda de chimarrão, num esforço cotidiano de todos nós, habitantes do planeta Terra, é modificar a nossa forma de pensar, agir e ver as coisas

Paulo Paim, no lançamento da campanha Preconceito e Discriminação Zero.

Como se o prejudicado com o recrudescimento da crise fosse ele, que mora no Palácio da Alvorada e trabalha no Palácio do Planalto, que tem 500 assessores, aviões, tem tudo o que ele quer

Arthur Virgílio, sobre a declaração do presidente da República de que "tem gente rezando para que a crise pegue o Brasil para o Lula se lascar".

Vou requerer ao Tribunal de Contas da União que informe se é lícito usar dinheiro público para ensinar a usar cocaína, *crack*, maconha

Gerson Camata, que criticou a edição de cartilha, pelo Ministério da Saúde, intitulada "O álcool e outras drogas alteram seus sentidos, mas não afetam seus direitos no serviço de saúde"

Espero que o STF decida que a União não poderá mais chegar ao estado, pegar um pedaço da área e definir: "Essa vai ser reserva indígena"

Augusto Botelho, contra a demarcação contínua.

Pelos registros históricos e com base em perícia antropológica recentemente realizada de modo plenamente regular e com absoluta competência técnica, não resta qualquer dúvida de que toda a área abrangida pela reserva em questão vem sendo tradicionalmente ocupada pelos índios, com ininterrupta continuidade no tempo e no espaço

Eduardo Suplicy, em defesa da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.



GERALDO MAGELA

Está havendo uma incompreensão acerca do meu projeto. Essa rejeição é um medo que se tem do Estado policalesco

Demostenes Torres, sobre a rejeição, pela CCIJ, do projeto que permitiria ao Ministério Público e a órgãos policiais determinar busca e apreensão domiciliar durante o dia.

pergunte ao senador

Um longo caminho até o parlamentarismo

"O parlamentarismo não seria o melhor regime político para o Brasil?"

Juber Marques Pacífico, Cataguazes (MG)

O senador **Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)** responde:

Não há dúvida que o parlamentarismo é o regime que dá maior estabilidade aos países. Não tenho dúvida de que esse é o melhor sistema. Mas entendo que em nosso país não há maturidade político-

partidária para fazer essa opção. Não creio que o primeiro passo seja implantar o parlamentarismo, para que então os partidos se fortaleçam. O processo é inverso. O importante, agora, é fazer uma reforma política que leve os partidos a ter mais força, consistência ideológica e programática, para que então optemos pelo parlamentarismo. A primeira etapa é uma reforma que modifique o funcionamento dos partidos, crie fiscalização rígida e estabeleça o financiamento público de campanha – que o Senado já aprovou. Enfim, ainda há um longo caminho. Com o novo sistema político será possível eleger representantes comprometidos com as propostas que irão defender no Congresso em nome dos eleitores.



LEOPOLDO SILVA

Os cuidados com os aparelhos de raios X

Como se proteger das emissões de radiação ionizante dos aparelhos de raios X usados na medicina e na odontologia? As regras para os ambientes que abrigam essas máquinas e para os níveis máximos de exposição de pacientes e trabalhadores a essa radiação estão previstas em normas específicas. Saiba quais são neste *Especial Cidadania*.

Radiação natural chega a mais de um terço do recomendado

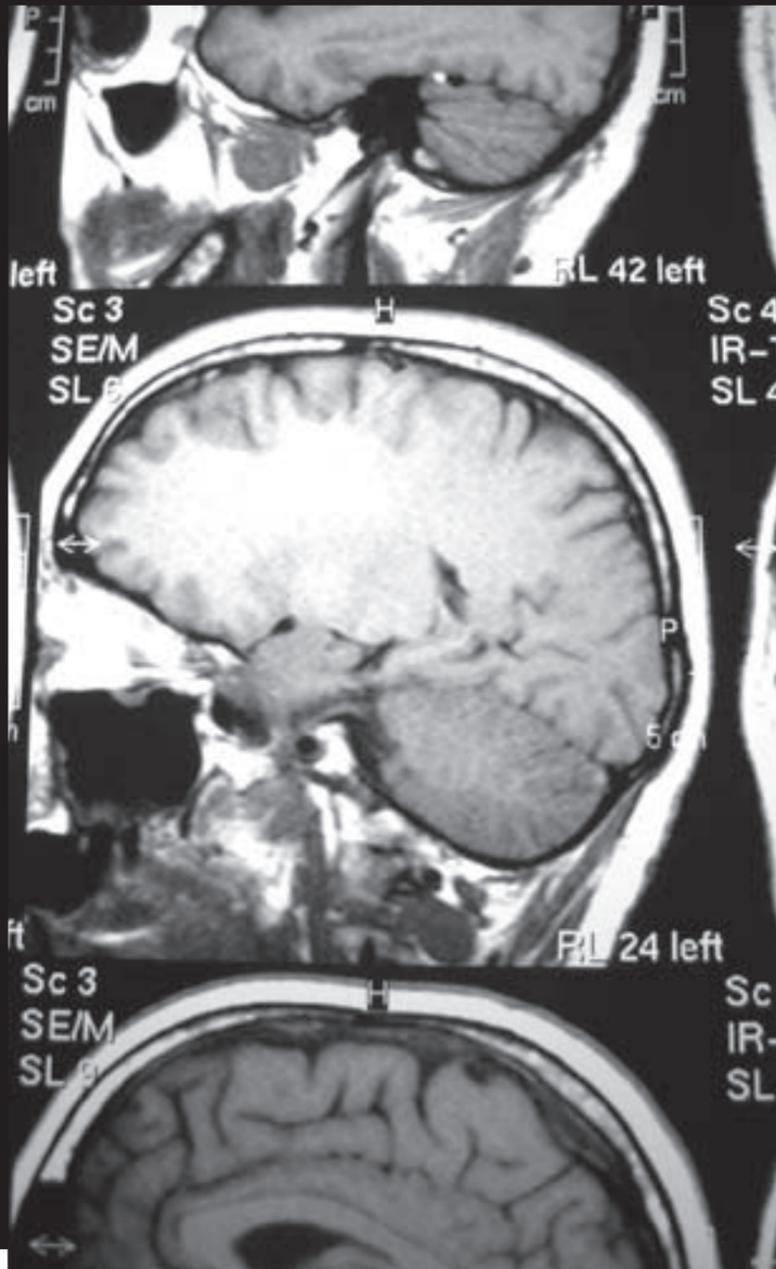
Apesar de não existirem estudos conclusivos a respeito dos efeitos das baixas doses de radiação no organismo humano, a recomendação é para que seja evitada qualquer radiação adicional à existente no ambiente, exceto se os benefícios desse uso a justificarem, caso do radiodiagnóstico médico e odontológico.

Segundo o Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD), entidade ligada à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) – do Ministério da Ciência e Tecnologia –, o homem sempre esteve exposto à radiação natural, que ocorre pelos elementos radiativos contidos no solo e nas rochas, pela incorporação de elementos radiativos por meio da alimentação e respiração, além daqueles contidos no sangue e nos ossos, como potássio, carbono e rádio.

A exposição média por pessoa proveniente de fontes naturais é de 2,4 milisievert (mSv) por ano, podendo haver variação, dependendo da região onde a pessoa reside. A dose para o público em geral é de 1 mSv por ano adicionalmente à dose já existente no local,

enquanto para os trabalhadores que lidam com radiações é de 50 mSv anuais. Para efeitos comparativos, um raio X de tórax implica uma dose aproximada de 0,2 milisievert.

Os equipamentos de raios X não contêm material radiativo. No entanto, essas máquinas emitem feixes de elétrons quando são ligadas na corrente elétrica. Ao se chocarem contra um alvo, esses elétrons desaceleram e liberam energia – os raios X. O licenciamento e a fiscalização dos estabelecimentos com equipamentos de raios X para diagnóstico médico e odontológico competem aos órgãos de vigilância sanitária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e são regidos pela Portaria 453/98, do Ministério da Saúde. Mas os raios X também são utilizados em outras áreas, como indústria e pesquisa, hipóteses em que a fiscalização dos equipamentos fica a cargo da Cnen. No caso de tratamento radioterápico (não apenas diagnóstico), o licenciamento e o controle também são de competência da Cnen.



Exames para diagnóstico de doenças emitem radiações que têm seu uso justificado, mas seguem regras para evitar exposição de pacientes e trabalhadores a doses elevadas

Trabalhadores da área recebem adicional de periculosidade

A exposição aos raios X e raios gama (emitidos por materiais radiativos) pode danificar as células e afetar o material genético (DNA), causando doenças graves, como o câncer, alerta o engenheiro de segurança do trabalho Sandro Javert.

“Qualquer atividade que explore, manipule, produza ou utilize material radiativo gera resíduos radiativos. Vários processos industriais, atividades militares e pesquisas científicas, além de setores da medicina e odontologia, geram subprodutos que incluem resíduos radiativos”, explica Javert.

O especialista afirma que o princípio básico da proteção radiológica ocupacional estabelece que todas as exposições devem ser mantidas tão baixas quanto possível.

Pela legislação brasileira, os trabalhadores nessas atividades têm o direito de receber equipamentos especiais de proteção (aventais) e monitores individuais (dosímetros) para medir a radiação no ambiente de trabalho. A Portaria 518/03, do Ministério do Trabalho e Emprego, garante o adicional de periculosidade de 30% sobre o salário, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, àqueles que realizam atividades de risco em potencial referentes a radiações ionizantes ou substâncias radiativas.

Veja os exames médicos aos quais devem se submeter os trabalhadores dessa área, segunda norma da Cnen:

- * pré-ocupacional: para verificar se o trabalhador se encontra em condições normais de saúde para exercer a atividade, incluindo análise de histórico médico e radiologia sobre exposições anteriores;
- * exame periódico: de acordo com a natureza da função e com a dose recebida;
- * exame especial: para aqueles que tenham recebido doses superiores aos limites primários estabelecidos; e
- * exame pós-ocupacional: imediatamente após o término da ocupação e, dependendo do resultado, cuidados ou exames médicos posteriores.

Radiodiagnóstico deve obedecer a normas rígidas

Conheça as principais normas estabelecidas pela Portaria 453/98, do Ministério da Saúde, para proteção radiológica:

- Nenhum tipo ou modelo de equipamento de raios X diagnósticos, componentes (tubo, cabeçote, sistema de colimação, mesa *bucky*, *bucky* mural, seriógrafo, sistema intensificador de imagem) e acessórios de proteção radiológica em radiodiagnóstico pode ser comercializado sem possuir registro do Ministério da Saúde.
- Os fornecedores de equipamentos de raios X diagnósticos devem informar semestralmente a autoridade sanitária estadual sobre o equipamento comercializado a ser instalado no respectivo estado, incluindo o seu número de série, de modo a permitir que os equipamentos instalados no país sejam rastreados.
- O alvará de funcionamento do serviço tem validade de, no máximo, dois anos e deve conter identificação dos equipamentos, devendo ser afixado em lugar visível ao público.
- Um programa de monitoração de área deve ser implantado para comprovar os níveis mínimos de radiação, incluindo verificação de blindagem e dos dispositivos de segurança.
- Todo indivíduo que trabalha com raios X diagnósticos deve usar dosímetro individual de leitura indireta, trocado mensalmente. Esse aparelho deve ser obtido apenas em laboratórios de monitoração individual credenciados pela Cnen.
- A presença de acompanhantes durante os procedimentos radiológicos somente é permitida quando sua participação for imprescindível para ajudar pacientes.
- Durante as exposições, é obrigatória, aos acompanhantes, a utilização de vestimenta de proteção individual compatível com o tipo de procedimento radiológico e que possua, pelo menos, o equivalente a 0,25mm de chumbo.
- As salas de raios X devem dispor de:
 - a) paredes, piso, teto e portas com blindagem que proporcione proteção radiológica às áreas adjacentes, devendo-se observar ainda:
 - ➔ a blindagem deve ser contínua e sem falhas;

- ➔ a blindagem das paredes deve ter no mínimo 2,10m, salvo em casos específicos;

- b) cabine de comando com dimensões e blindagem que proporcionem atenuação suficiente para garantir a proteção do operador, devendo-se observar ainda os seguintes requisitos:

- ➔ quando o comando estiver dentro da sala de raios X, é permitido que a cabine seja aberta ou que seja utilizado um biombo fixado permanentemente no piso e com altura mínima de 210cm, desde que a área de comando não seja atingida diretamente pelo feixe espalhado pelo paciente;

- ➔ a cabine deve estar posicionada de modo que, durante as exposições, nenhum indivíduo possa entrar na sala sem ser notado pelo operador;

- c) sinalização visível na face exterior das portas de acesso, contendo o símbolo internacional da radiação ionizante e a inscrição: “raios X, entrada restrita”;

- d) vestimentas de proteção individual para pacientes, equipe e acompanhantes. Deve haver suportes apropriados para sustentar os aventais plumbíferos de modo a preservar a sua integridade.

- Não é permitida a instalação de mais de um equipamento de raios X por sala.

- Deve ser implantado um sistema de controle de exposição médica de modo a evitar exposição inadvertida de pacientes grávidas.

Saiba mais

Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD)

Av. Salvador Allende, s/n –
Jacarepaguá
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 22.780-160
(21) 2442-9614
www.ird.gov.br

Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen)

Rua Gen. Severiano, 90 –
Botafogo
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 22.290-901
(21) 2173-2001/2008
www.cnen.gov.br